



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
HOSPITAL, REALIZADA NO DIA DOIS DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE.

Aos dois dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, o Sr. Engº Rafael Sousa Costa e o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, tendo sido substituídos pelos Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro, Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato e pelo Sr. António da Silva Antunes, respectivamente.

A Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido.

Também se encontravam ausentes o Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito e o Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que não justificaram as suas faltas, pelo que foram consideradas injustificadas.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital – Análise da situação.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Esta convocatória foi um bocadinho atípica mas penso que todos compreenderão os motivos e os porquês de assim ter sido. De qualquer forma, estamos aqui todos, sinal que a convocatória funcionou e que estamos todos aqui com disposição e disponibilidade para discutir o que aqui nos traz que, como sabem, é a problemática da ESTGOH.

Nós temos aqui dois documentos, na medida em que ontem houve aqui uma discussão com os líderes partidários e com os líderes das bancadas aqui na Assembleia. E discutimos aqui um documento que, em princípio, será um documento da Assembleia, isto porque o objectivo é aprovarmos também uma moção, que foi discutida e aprovada por unanimidade na Câmara Municipal.

Já sabem que eu sou um pouco rigoroso nestas coisas: à Câmara o que é da Câmara e à Assembleia o que é da Assembleia. E eu não me sinto à vontade em pôr à discussão sobre decisões da Câmara e também não me sentiria à vontade se os deputados aqui não pudessem fazer uma discussão, dar uma achega, dar o seu contributo para, eventualmente,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enriquecermos esse documento.

Assim sendo, foram elaborados dois documentos e, no final, nada tenho a opôr – se isso fôr o entendimento da Assembleia e se não houver oposição da Câmara – que, depois, seja fundido um só documento, a enviar a determinados órgãos, se este segundo documento aqui fôr aprovado. Isto porque houve desenvolvimentos importantes já depois da reunião da Câmara e nós achámos que isso era importante que constasse do documento. Mas, se assim fôr ou não fôr, vamos discutir isso e estaremos todos à vontade para tomar as decisões que forem mais convenientes mas sendo certo que aquilo que aqui nos traz e que é importante, independentemente de mais vírgula ou mais palavra ou menos palavra é, de facto, o objectivo da defesa da Escola e é esse que aqui nos traz.

Temos aqui na sala uma munícipe que quer usar da palavra. Se a Assembleia não tivesse nada em contrário, eu propunha a seguinte metodologia: o Sr. Presidente da Câmara ia dar-nos as explicações do que se passou e, de alguma forma, explanar à Assembleia e aos presentes o documento produzido e aprovado na Câmara e, quando fosse aberta a discussão, como já aqui se fez noutras vezes, antes de nós começarmos a intervir, daríamos a palavra a essa munícipe, para não ficar aqui até mais tarde.

Se ninguém tiver nada contra, vamos seguir esta metodologia.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção sobre o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Aristides Gonçalves da Costa:

“Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter-me dado a palavra, não esquecendo o teor do artigo nove do Regimento que diz que nós só devemos pronunciar-nos, nas Assembleias extraordinárias, sobre questões que estão na Ordem do Dia. Mas eu penso que todos compreenderão esta minha intervenção e concerteza que ninguém vai impugná-la.

Como sabem, reunimo-nos aqui para cumprirmos uma função pública, em prol do desenvolvimento local, ao serviço da humanidade. A Assembleia Municipal é constituída por homens e mulheres que se preocupam com as suas terras e as suas gentes. Mas há alguns de nós que o fazem há dezenas de anos com o mesmo empenhamento, com a mesma determinação e com a mesma entrega.

É natural, por isso, que nos sintamos tristes quando um de nós fica impedido, por doença, de dar este seu contributo ao bem comum. Foi o que sucedeu, como sabem, com o Sr. Aristides Gonçalves, que foi vítima de um AVC e que, segundo informação que tenho, estará a passar um mau bocado. Enquanto natural de Avô mas também enquanto membro desta Assembleia – e penso que interpreto o sentimento de todos vós – quero deixar publicamente os meus sinceros votos de recuperação e de boas melhoras ao Sr. Aristides, Presidente da Junta de Freguesia de Avô e Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, além de dirigente das outras três ou quatro instituições de Avô.

Quem me conhece melhor, sabe que não há, nestes meus votos, qualquer ponta de hipocrisia, muito menos política. Discutem-se as ideias, discorda-se dos métodos, mas o Homem, o ser humano e a sua integridade, nomeadamente espiritual, deve estar sempre acima de qualquer consideração menos nobre. É por isso que se diz que o Homem faz o seu próprio



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destino. É isso a dignidade humana. O respeito pela determinação de cada um pelo caminho que escolhe, seguindo o seu próprio caminho da natureza para o espírito. Portanto, pelo respeito pela pessoa, pelo Homem, pelo ser humano enquanto tal, ainda que momentaneamente se discorde das suas ideias, pela minha parte e creio que por parte desta Assembleia, há que nos curvamos perante um Homem que, durante quarenta e oito anos, trabalhou pelo bem da sua terra.

Assim sendo e como eu estou preocupado com a anestesia da sua ausência em Avô – não tanto pela Junta de Freguesia, que fará o seu caminho, mas mais pelo Lar de Idosos – e com as consequências da sua eventual incapacidade futura, num cenário cujo drama se pode adivinhar, eu proponha aqui que votássemos um voto de melhoras pelo Sr. Aristides e que esse voto lhe seja comunicado e que, sinceramente, o tenhamos aqui em breve junto de nós.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta efectuada pelo Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, a Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal de um e-mail enviado nesta data pela ADIBER e que a seguir se transcreve:

“Exmos. Senhores:

No decorrer da reunião, ontem realizada, do Órgão de Gestão do Grupo de Acção Local (GAL) ADIBER / Beira Serra, responsável pela implementação da Estratégia Local de Desenvolvimento para a Região da Beira Serra, o qual é presidido pela ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra e integra 12 parceiros, entre os quais os Municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, foi apresentada e aprovada, por unanimidade, uma Moção de apoio pela continuidade da ESTGOH - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e um voto de solidariedade para com o Município de Oliveira do Hospital.

Esta Moção, que anexamos, é igualmente subscrita pela Direcção da ADIBER, entidade instituiu o Conselho de Parceiros da Beira Serra, estrutura que congrega 79 entidades públicas e privadas, representativas dos vários sectores económicos, sociais e culturais deste Território, entre as quais a própria ESTGOH.

Este Estabelecimento de Ensino Superior tem-se apresentado como um parceiro fundamental na implementação da referida Estratégia, já que é consensual que a melhoria das qualificações das populações constituem um factor decisivo para o aumento da competitividade das Regiões, para o desenvolvimento económico e social do País e consequentemente para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Através da fixação de competências técnicas qualificadas nas zonas mais desfavorecidas, é possível capacitar o tecido empresarial e estimular o empreendedorismo de base local, aproveitando as oportunidades aí instaladas, facto que se tem vindo a verificar na Beira Serra com a acção desenvolvida pela ESTGOH e de todos os parceiros locais.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Direcção da ADIBER

Miguel Ventura”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as seguintes informações:

“Em primeiro lugar, queria dar alguma justificação porque é que pedi ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que convocasse esta sessão extraordinária. Convocaram esta Assembleia extraordinária pelo respeito que os eleitos locais, que fazem parte desta Assembleia, tivessem a viva voz de serem informados daquilo que se passa em relação ao problema da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Isto por uma razão simples: porque muitas vezes vai havendo leituras em diagonal das notícias dos jornais, uns dizem uma coisa e outros dizem outra. E era a esse respeito que eu acho que era importante que todos os eleitos locais deviam saber o que é que se passou, como é que se passou e o que é que se pode vir a passar.

Dizer que Oliveira do Hospital, na semana anterior, sofreu uma tentativa de assalto, talvez o maior roubo que queriam fazer a Oliveira do Hospital na sua história. E essas pessoas, salteadores, queriam fechar a Escola Superior de Oliveira do Hospital para levarem os alunos para Coimbra, levando os professores e levando tudo.

E deixem-me contar-vos uma pequena história: o Presidente do Município e o seu Executivo não estavam preparados para este assalto por uma razão: notámos algumas movimentações em relação à Escola Superior, iniciadas no mês de Abril. E houve uma grande discussão por causa de acabar a licenciatura em Engenharia Civil. Houve uma negociação bastante dura, até porque o Instituto Politécnico e o seu Presidente propunham o encerramento de duas licenciaturas aqui na Escola. E, nessa altura, chegou-se a um acordo que não haveria candidaturas neste ano para Engenharia Civil. Desafiei o Presidente do IPC a darmos a cara e a afirmarmos publicamente que o fecho da Escola não estava em causa e, no dia vinte e quatro de Maio, neste salão, o Dr. Rui Antunes afirmou, à frente dos Srs. jornalistas e saiu na comunicação social, que a Escola não era para fechar, que tinha futuro e que era uma Escola prioritária. Isto são palavras do Sr. Presidente do IPC.

No dia vinte e dois de Agosto, uma pessoa que esteve no Conselho de Gestão e que não era o representante de Oliveira do Hospital – porque o Presidente da ESTGOH estava de férias em Itália –, ligou-me a avisar que estavam a encerrar a Escola e que tal tinha sido decidido naquela data no Conselho de Gestão. Eu fiquei incrédulo. A minha primeira reacção foi de incredibilidade, ficando absolutamente atónito. Mas percebi que quem estava do outro lado não dizia aquilo para me pregar um susto.

Sendo assim, nós reagimos. E, nesse mesmo dia, percebemos o alcance da situação e começámos logo a trabalhar nessa noite.

Vou demonstrar-vos como este processo tem uma má fé em relação a isto tudo. Tenho aqui a acta do Conselho de Gestão e a Ordem de Trabalhos era:

“I – Informações

II – Distribuição do Plafond do Orçamento de Estado 2012 atribuído ao IPC

III – Outros assuntos urgentes que surjam, a agendar no início da reunião.”

Esta não é a reunião que concretiza isto mas é a que começa. Esta reunião é realizada



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

numa sexta-feira. Começou às catorze e trinta e foi interrompida dizendo que na segunda-feira continuariam com a mesma. Não havia, na Ordem de Trabalhos, nenhum ponto sobre o fecho da Escola de Oliveira do Hospital. No Ponto II, da distribuição do Orçamento, a acta diz o seguinte: “*O Presidente do ISCAC declarou que é urgente tomar medidas e que uma delas, que propõe, é a imediata transferência da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital para a Figueira da Foz.*” Isto começa assim. Vejam este filme e esta telenovela. Estavam a falar do Orçamento e já havia um Presidente de uma Escola de Coimbra que propunha a transferência da Escola.

Mas a reunião terminou e não houve mais nada. E continuaram a reunião na segunda-feira, dia vinte e dois. E a Ordem de Trabalhos... Isto é absolutamente aberrante. Uma proposta desta dimensão tinha que estar na Ordem de Trabalhos. E a acta diz isto: “*O Presidente do IPC informou que, na sequência das questões levantadas na última reunião sobre o eventual encerramento da Escola, enviou um ofício ao Sr. Secretário de Estado a solicitar informação sobre a posição da Tutela, não tendo havido resposta até ao momento.*”

Quanto à distribuição do *plafond*: “*no seguimento da discussão da última reunião do Conselho de Gestão, foram vários os argumentos a favor e contra o encerramento dos cursos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tendo o Presidente sintetizado as diversas posições nas seguintes propostas: transferência dos alunos, integração dos docentes nas Escolas de Coimbra, integração de estudantes nos diferentes cursos, distribuição de vagas e estudar a possibilidade de abrir, na ESTGOH, cursos que não dupliquem a oferta formativa.*”

Logicamente que eu considero que uma pessoa que assume responsabilidades de ser Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, um órgão que agrega milhares de alunos, e que diz isto, é um homem sem palavra, sem ética e que não cumpre os compromissos assumidos.

E reagimos. O Executivo fez uma coisa que teria que fazer. Não ficámos parados. Criámos três frentes. Uma foi a frente política, isto é, os mecanismos políticos para chegarmos ao Sr. Secretário de Estado, porque a decisão passaria por ele. E activaram-se os mecanismos políticos dos diferentes partidos, havendo uma participação colectiva dos diferentes partidos para ajuda na resolução deste caso.

Criámos uma frente jurídica, que também era importante porque esta decisão não tinha em conta uma coisa: os interesses dos alunos, os interesses dos professores e os interesses dos funcionários. O Conselho de Gestão tem competência para fazer a proposta mas só para dia nove de Setembro é que está marcado um Conselho Geral, que tem a competência para a extinção de cursos e até o fecho de escolas. Eles já tinham tudo isto organizado.

O mais grave disto, como princípio ético, é que o Sr. Presidente do IPC nunca fez um telefonema ao Presidente do Município para lhe explicar o que é que estava a acontecer. O Presidente do IPC não comunicou ao Presidente da ESTGOH o que queria fazer. Por isso, isto foi concertado. Foi uma investida forte e concertada.

Com os mecanismos políticos que se movimentaram a partir daqui, com a ajuda de muita gente, de várias pessoas que estão no Governo actual, pedimos uma audiência com carácter de urgência ao Sr. Secretário de Estado. Entrámos em contacto com um gabinete de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

advogados do Porto – por uma relação de um advogado de Alvôco – para arranjam um jurista para travarmos tudo isto. O nosso primeiro objectivo, em termos jurídicos, era travarmos o encerramento neste ano lectivo, para já. Por sorte, foi-nos enviado por esse jurista o Dr. Paulo Rangel. E, na quinta-feira, recebemos aqui o Dr. Paulo Rangel, eurodeputado do PSD e grande jurista, bem como o Dr. Nazaré, para começarmos a preparar o processo para que o encerramento não se concretizasse.

Mas, na terça-feira, eu e o meu Vice-Presidente, depois de termos tido acesso a estas actas, deslocámo-nos à sede do IPC e dissemos que queríamos falar com o Sr. Presidente. Face à impossibilidade de falar com ele, mandei-lhe a seguinte mensagem: “*Sr. Presidente do IPC: não saio daqui de dentro sem falar com o Senhor.*” Até que, entretanto, ligou-me e disse que estaria lá por volta das cinco e meia, seis horas. E tivemos uma reunião, extremamente dura, onde o acusei de algumas palavras que já hoje disse aqui, e ele justificou-se com um conjunto de argumentos.

Mas, o único argumento que ele utilizou, foi que tinha tido um corte de oito e meio por cento e que, para ele e para o IPC, o mais fácil era fechar a ESTGOH. Isto foram palavras dele. E eu respondi-lhe que ele tinha feito o que era mais fácil. E disse-lhe que não tinha palavra, que era um Homem sem palavra e que o que deveria ter feito era distribuir esse corte por todas as Escolas. E disse-lhe estas palavras: “*O Sr. ainda tem forma de sair bem disto e com alguma dignidade. Já é difícil mas proponho-lhe o seguinte: vamos ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior – que de certeza que lhe vai dizer que não – e o Sr., aos lobbies e às Escolas que estão a tentar empurrar para fechar a Escola de Oliveira do Hospital e ficarem com os alunos e com o dinheiro, diz-lhes que o Sr. Secretário de Estado não autorizou. E o Sr. sai bem disto.*”

E, naquela fase, até deixou transparecer que aquilo lhe tinha agradado. Mas, afinal tinha sido um engano. Mais uma vez tinha sido um engano.

Quando cheguei a Oliveira do Hospital, havia um documento do IPC, já com esta data e ele não tinha lá estado naquele dia. Por isso, foi feito já depois de eu e o Dr. José Francisco sairmos de lá. E o documento era a perguntar às Escolas qual era a proposta aprovada pelo Conselho de Gestão e era a pedir alguns pareceres às outras Escolas. E dizia isto: “*Transferência a partir do início do ano lectivo dois mil e onze, dois mil e doze*”. Por isso, o *lobby* estava formado para encerrar a Escola, independentemente do Conselho Geral ainda não ter reunido.

Na própria quinta-feira, cerca do meio-dia, quando estava reunido com o Dr. Paulo Rangel, o Chefe de Gabinete do Sr. Secretário de Estado perguntou se podíamos estar em Lisboa à três da tarde. Nós dissemos que sim e às três horas estávamos lá. Levámos um *dossier* devidamente organizado e sensibilizámo-lo sobre a importância estratégica que tinha a Escola. Porque também é preciso dizer que eu e o Dr. José Francisco, ainda com o anterior Governo, tivemos a garantia da parte do Sr. Ministro Mariano Gago que não deixaria que tocassem na Escola de Oliveira do Hospital. E também contei isto ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado já tinha alguns conhecimentos e percebemos que ele ficou sensibilizado. Percebemos que algumas forças da área do CDS e do próprio PSD tinham conversado com ele, tomando uma atitude de defesa em relação à Escola. E percebemos que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ele estava sensibilizado.

Mas há um regime de autonomia no ensino superior, como sabem. Então, o Sr. Secretário de Estado disse-me que podia vir descansado e que falaria comigo mais tarde. Disse que iria chamar o Presidente do IPC e que teria uma conversa com ele. E nós saímos da reunião com algum conforto mas sem certezas absolutas nenhuma.

O Sr. Secretário de Estado, na sexta-feira chamou o Sr. Presidente do IPC, a quem comunicou que não autorizava o fecho da ESTGOH, baseado no artigo cinquenta e nove do Regime. E no Domingo, o Ministério da Educação emitiu um comunicado para os órgãos de comunicação social. E, nesse próprio dia, o Sr. Presidente do IPC reage de uma forma, na minha opinião, de hostilização à própria Tutela, dizendo mais ou menos isto: *“este Ministério da Educação tem algumas contradições porque ainda agora fechou duzentas e tal escolas do primeiro ciclo”*. Isto é uma brincadeira de miúdos, esta frase. Por uma razão simples: no nosso concelho tivemos duas escolas que fecharam mas que foi negociado com o Município. Chegou-se a um acordo. Mas, comparar o fecho de uma escola com oito alunos com uma escola que tem seiscentos alunos, quarenta e dois professores e um conjunto de funcionários... Não é a mesma coisa, são coisas diferentes. Isto demonstra a forma como tem sido gerido este processo.

Entretanto e através de uma pessoa amiga, pedi para ver se a Comissão Parlamentar da Educação me podia receber. O Sr. Dr. Ribeiro e Castro, Presidente da Comissão, deu-me a oportunidade de ser recebido na quarta-feira, onde fiz a defesa da Escola e apresentei todos os argumentos. Estiveram presentes todos os Srs. Deputados do PSD por Coimbra, do Partido Socialista estiveram quatro Deputados, entre os quais o Dr. Paulo Campos. E, do CDS, também esteve a Dra. Inês. Houve, depois, uma ronda de perguntas, fez-se um balanço e todos estes grupos parlamentares solidarizaram-se. E foi feita uma acta onde eles declaram que acham que a Escola não é para fechar.

Por isso, tenho que dizer que há um conjunto de pessoas que foram envolvidas neste processo, a quem eu tenho que agradecer. Tenho que agradecer a todas as pessoas que foram capazes de contribuir para que este fecho não fosse feito até agora.

De qualquer maneira, continuo preocupado. Não para este ano lectivo. O que me preocupa é que eles continuem a não desistir de nos tentar roubar a Escola.

Ontem houve outra reunião do Conselho de Gestão do IPC e na acta diz uma coisa que é aberrante. Dizem que, afinal, não era para fechar este ano mas só no próximo ano lectivo. Diz que *“na sequência da comunicação do Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, de vinte e oito de Agosto, o Conselho de Gestão reunido a um de Setembro, após constatar os exageros e até abusos sobre a interpretação do alcance da proposta aprovada a vinte e dois de Agosto, que têm vindo a ser veiculados na comunicação social, delibera afirmar não estar em causa o acatamento da directiva, enviar ao Conselho Geral uma informação complementar sobre o enquadramento da proposta.”* Isto é, a proposta era dois mil e onze, dois mil e doze. Como não conseguiram, passaram-na para o próximo ano, dizendo que nós é que percebemos mal. Temos aqui as actas todas e nós é que percebemos mal?

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós continuaremos actantes e terão que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter resposta. Porque havia outra frente e eu avisei também o Sr. Presidente do IPC. Era a frente da união das gentes de Oliveira do Hospital, a frente popular. Acredito que o povo oliveirense não se deixa roubar e que estaríamos unidos nesta luta para enfrentar estes inimigos. São inimigos de Oliveira do Hospital porque querem fazer o roubo do século. A Escola é demasiado importante em termos estratégicos, económicos e de desenvolvimento, não só para o concelho de Oliveira do Hospital mas para toda esta região.

Pedi também ao Sr. Presidente do Conselho Geral para me deixar intervir dez minutos, no dia nove de Setembro.

Como Presidente do Município tenho que agradecer a muita gente neste processo. E há aqui um jovem oliveirense que eu gostaria de destacar, pelo seu posicionamento frontal e que é o Rui Fernandes, que faz parte do Conselho Geral do IPC e que se disponibilizou, desde a primeira hora, para falar com colegas e para tentarmos inverter a votação no Conselho Geral. Houve mais pessoas. Houve solidariedade de todos os partidos. Mas parece-me que temos que continuar determinados, com coragem, para “rechaçar” e afugentar alguns inimigos de Oliveira do Hospital que nos querem tirar a Escola.”

Terminada a prestação de informações por parte do Sr. Presidente, entrou-se no Período de Intervenção do Público, tendo sido dada a palavra à Sra. D. Teresa Mendes:

“Eu sou aluna trabalhadora-estudante da ESTGOH e, como é lógico, por ser aluna, esta situação chocou-me um bocado. Não tanto pela primeira notícia que veio a público porque, não estando presente o nosso Presidente, penso que não haveria qualquer validação da decisão tomada. Uma vez que ele não estava presente, penso que, a nível legal, não seria por aí que conseguiriam pegar no fecho da Escola. No entanto, penso que, de todas as notícias que vieram a público, a ESTGOH, como o Sr. Presidente dizia, se não fôr tomada uma posição, terá uma morte anunciada.

No entanto, quando esta notícia veio a público, a primeira questão que coloquei a mim própria – porque faltam-me duas cadeiras para acabar Administração e Finanças – é que isto já não se colocará a mim mas colocar-se-á a outros colegas que, como eu, à noite, saía às seis horas, comia um pão e ía para as aulas. Tenho muitos colegas que estão nessa situação e penso que a maior parte dos colegas afectados serão os trabalhadores-estudantes, que não terão hipótese nenhuma de ir para Coimbra e acabar o curso.

De qualquer maneira, a primeira questão que eu coloquei a mim própria e talvez seja por aí que se possa pegar, numa questão de defesa da ESTGOH, é o facto de eu não ter conseguido encontrar em lado nenhum dados estatísticos, contabilisticamente, para que a Presidência do IPC possa fechar a nossa Escola. Sei que a Escola não tem dívidas a fornecedores. Sei que a Escola não tem dívidas a funcionários. E penso que é absolutamente absurdo – deve ser caso único no País – estar a fechar uma instituição que não dá prejuízo. Geralmente, pega-se pelas instituições que dão prejuízo não por aquelas que não o dão.

E era nesse sentido que gostaria de apelar ao Sr. Presidente, no sentido de saber se teria possibilidades de ter acesso a dados contabilísticos de todas as escolas do IPC. Porque a sensação que eu tenho é que a verba que é destinada à ESTGOH deve estar a ser desviada para alguma escola que certamente poderá ter prejuízo. Certamente poderá haver más gestões



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dentro de outras escolas, que estejam a ser talvez encapotadas com a verba que vem para a ESTGOH.

E a minha vinda aqui, hoje, era no sentido de apelar ao Sr. Presidente para ter algum acesso aos dados contabilísticos do IPC. Que venham cá para fora, que venham para a opinião pública pois eu penso que será importante para todos nós. Se a Escola tiver que fechar, pelo menos que fiquemos com a consciência tranquila que fechou porque estava a dar prejuízo. Não é o caso. A nossa Escola não pode fechar porque não dá prejuízo. O Sr. Presidente da ESTGOH não está cá mas eu sei que ele é uma pessoa excelente em termos de gestão. Não é gestor, mas é excelente.

E quero dizer às pessoas que aqui estão que fiquem descansados que na ESTGOH não se ensina a fazer gestões como se fazem no IPC. A ESTGOH é diferente e nós aprendemos de outra maneira. E não tenham problemas em empregar os meus colegas porque são pessoas que saíam daqui muito capazes de trabalhar.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Está aqui o Vice-Presidente da ESTGOH, o Engº Mateus, e pedia ao Sr. Presidente da Assembleia para, depois, lhe dar a palavra, se não visse inconveniente.

Queria dizer que eu e o meu Executivo preparámos um *dossier* sobre as outras escolas. E que essa investigação nós já a fizemos. E nós sabemos que há escolas com muitas dificuldades financeiras. Acredito que a Escola de Oliveira do Hospital precise de alguma reorganização mas há uma coisa que eu não tenho dúvidas nenhuma: é que há escolas que têm muitos mais problemas financeiros que Oliveira do Hospital.

E o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde votou contra o fecho da Escola e fez uma declaração brilhante, mas que não veio na acta. Mas houve mais: a representação dos estudantes no Conselho de Gestão também votou contra. E os trabalhadores também votaram contra. Houve gente que votou contra. Queria dar aqui um agradecimento ao Dr. Jorge Conde, que votou contra e que se disponibilizou até a ajudar a Escola.

Mas deixem-me também contar o que é que foi proposto agora para este ano. E eu acho que devemos pedir ao Sr. Jorge Conde para presidir a esta Comissão. Foi proposto arranjar uma Comissão para este ano fazer algumas reuniões sobre a Escola, de reorganização da Escola. Nós não queremos pensar que a Escola não tem que se adaptar. Estamos abertos, como estivemos em relação à Engenharia Civil. Não podemos é confiar em pessoas que nos disseram aqui que não fechavam a Escola e que, passados uns meses, alteraram a sua posição.

E, sobre financiamento, há escolas com muitas dificuldades, mas o Sr. Presidente do IPC deu a resposta toda quando disse “*que o mais fácil era fechar Oliveira do Hospital*”.

Esta Escola não tem adversários só de hoje. O grande problema é que o anterior Presidente do IPC era um grande amigo desta Escola. E perdeu as eleições. Isto também tem algumas contas do passado para se ajustarem.

E, hoje, eu e o Dr. José Francisco estivemos numa reunião com um Homem que votou contra e que nós encararemos como um grande opositor à Escola de Oliveira do Hospital. E



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntámos: se é assim, porque é que não se fecha a Escola que tem maiores dificuldades económicas? E respondeu-nos que era porque essas escolas tinham muitos anos e muita história. E eu disse-lhe “*Não. É porque elas são de Coimbra. Mas Oliveira do Hospital também faz parte do distrito de Coimbra*”.

Isto porque, na outra fase, também com o Dr. José Francisco Rolo, fizemos périplo por um conjunto de Presidentes de Escolas, numa tentativa de sensibilização destes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da ESTGOH, Engº Mateus, que fez a seguinte intervenção:

“Eu estou aqui na dupla qualidade de cidadão oliveirense e, obviamente, Vice-Presidente da Escola. Por isso, também posso responder à questão que colocou aqui a aluna e que faz todo o sentido.

Eu, que tenho acesso às contas da Escola, posso-vos garantir que não é uma razão económica. A Escola não está propriamente falida. Neste momento, a Escola até tem saldos transitados de quase meio milhão de euros.

Agora, se a Escola está em risco de falência ou não, também depende muito da forma como as contas são divididas. A Escola depende hierarquicamente do IPC. O IPC recebe o bolo do Orçamento do Ministério e, depois, divide internamente. Até este Presidente tomar posse, a divisão do Orçamento era feita mais ou menos da mesma forma que é feita em todos os Politécnicos: um pouco em função das necessidades, da dimensão, das características de cada Escola. Isso é assim em todos os Institutos Politécnicos portugueses. A partir do momento em que o actual Presidente tomou posse, a fórmula de divisão do Orçamento passou a ser ligeiramente diferente. Passou a aplicar-se uma fórmula em função do número de alunos e das características dos cursos que esses alunos frequentam. Por exemplo: um curso de tecnologias é mais financiado que um curso de gestão. Porque as tecnologias precisam de laboratórios e de outros equipamentos, o rácio professor/aluno é diferente. A fórmula, em si, até faria algum sentido. Mas essa fórmula, mesmo a ser aplicada, está mais apropriada para escolas de grande dimensão. É completamente diferente termos turmas de trezentos alunos, como em Coimbra. Essa fórmula, a partir do momento em que começou a ser aplicada, significou um corte brutal no orçamento da Escola. Como o corte era tão brutal, então optou-se por dar quatro anos à Escola para a convergência. A Escola teve um corte no orçamento logo no primeiro ano. Teve outro corte este ano e, para dois mil e doze e dois mil e treze, iria ter, previsivelmente, mais cortes ainda. Isso significa que a Escola precisava de se reestruturar para conseguir sobreviver com o orçamento que o IPC calculava. Portanto, uma fórmula única em Portugal.

Nós, quando percebemos que iríamos ter dificuldade em convergir, levantámos o problema ao IPC. E foi então que veio a “bomba”. A Escola está em risco de falência. Eles até já diziam que era no ano passado que iríamos falir... E surgiu, então, a proposta de fecho da Escola porque ela já estava falida.

Aquilo que eu vos posso dizer é que a Escola não tem dívidas a fornecedores, como a aluna disse e muito bem. A Escola, mesmo este ano, não deve ter qualquer *déficit*. E, mesmo em dois mil e doze, com uma gestão muito apertadinha, não creio que viesse a ter qualquer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

déficit, mesmo que tivéssemos o orçamento proposto pela Presidência do IPC.

Esta fórmula de divisão do orçamento já está a ser posta em causa, não só pela ESTGOH, como por outras escolas. Porque, quando se aplicou esta fórmula, isso veio beneficiar em muito as escolas grandes. Há escolas que tinham um orçamento de cerca de nove milhões de euros e, de repente, com esta fórmula, passam a ter dez milhões de euros. A ESTGOH, que tinha um orçamento de cerca de um milhão e seiscentos mil euros, já passou para um milhão e quatrocentos e, para este ano, querem dar-nos um milhão e trezentos. Mas, mesmo com esse milhão e trezentos a ESTGOH conseguiria mais ou menos sobreviver, não com tanto investimento em termos de laboratórios e à custa de um trabalho na receita própria.

A questão fundamental é que não me parece, de forma nenhuma, que a questão seja orçamental. Porque, se questão fosse meramente orçamental, então deixávamos de fazer aquilo que andamos a fazer há tanto tempo e que é reorganizar a Escola de forma a conseguirmos cursos mais atractivos e conseguirmos a economia de escala que se consegue nas escolas grandes. E que nós, aqui, por sermos uma Escola pequena, não temos ainda conseguido. Eu não creio que a questão fundamental, aqui, seja a orçamental. Ou, se a questão é orçamental, não é certamente da ESTGOH. É de outras escolas que, naturalmente, rentabilizam muito melhor as vagas porque têm mais candidatos. Esta Escola, por ser pequena, tem mais dificuldade em atrair alunos. Por isso, nós estamos dispostos a reestruturar a Escola, desde que nos dêem condições para isso. Agora, quando se fala em reestruturação, o que é que o IPC entende? Por reestruturação, entende cortar. Obviamente que isso não permite a viabilização da Escola.

Toda a gente sabe que fecharam o curso de Engenharia Civil que, a trinta e um de Dezembro do ano passado, tinha noventa e dois alunos. Há quase vinte cursos noutras escolas do IPC que têm menos alunos. Porque é que fecharam aqui Engenharia Civil? E, se fizermos as contas, Engenharia Civil, mesmo com este número de alunos e considerando o curso do serviço de docentes, tinha saldo positivo de cerca de cem mil euros. Então, o que é que se ganha em fechar Engenharia Civil? Não ganha coisa nenhuma. A Escola fica cem mil euros mais distante de conseguir viver com o orçamento que o IPC lhe dá. A questão aqui é que não é, claramente, a questão orçamental porque a Escola não está falida, não creio que vá ter *déficit* neste ano e, mesmo para o próximo ano, à partida conseguiria sobreviver.

Portanto, a questão aqui é mais uma questão de fundo. E temos que estar preparados para isso. Não é a questão orçamental, embora se fale tanto nela. Há questões mais profundas do que isso. E penso que Oliveira do Hospital tem que estar consciente disso.”

O Sr. Presidente da Câmara interveio ainda para prestar as seguintes informações adicionais:

“Esqueci-me de um pormenor que tem importância fundamental porque ontem, trinta e sete anos depois, participei numa R.G.A., numa Reunião Geral de Alunos. E há aqui duas coisas que são importantes: os alunos querem continuar em Oliveira do Hospital. Isto, ontem, ficou claro. É muito importante esta posição dos alunos. Os alunos enviaram ao Sr. Presidente do IPC comunicação em como querem concluir os cursos na Escola de Oliveira do Hospital. E esta posição dos alunos é muito importante.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre a posição de alguns professores da Escola, mantenho algumas reservas. Também tive a oportunidade de, ontem, dizer na Escola que “lhes cantaram algumas sereias” com alguns lugares em Coimbra e que alguns deixaram-se deslumbrar. Mas esses professores, a maior parte deles, deve tudo a esta Escola e esqueceram-se. Chegaram cá com licenciaturas, foi cá que fizeram o mestrado e é agora que estão a fazer os doutoramentos. Por isso, acho que também é importante que eles tenham essa consciência. E o Presidente da Escola Superior de Tecnologias da Saúde, numa acta, diz que estes professores estão enganados porque os levam para lá, agora, com um contrato e que, daqui a um ano, estão na rua. Alguns, se calhar, era o que mereciam.

Também quero dizer que esta polémica já deu um prejuízo à nossa Escola. E, quem causou este prejuízo, devia ser obrigado a ressarcir a Escola. A nossa Escola está ferida, sobretudo nesta segunda fase de candidaturas porque ninguém vai concorrer para uma Escola que dizem que está para fechar. Há aqui um prejuízo nítido e isto é um ataque bem delineado. Mas nós temos que pedir responsabilidade a esta gente que fez isto.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez a seguinte declaração:

“Queria agradecer as intervenções e a clareza de posições do Sr. Dr. Mateus Mendes, que penso que foi preciso alguma coragem para aquilo que ele aqui disse.

Antes de mais, queria agradecer à Câmara no seu todo e ao Sr. Presidente em especial, o papel e a rápida intervenção que tiveram neste processo, que levou a que o problema morresse praticamente logo de imediato. De facto, foi uma capacidade de resposta que me apraz registar e que me sinto na obrigação de registar. Queria também enaltecer a postura do Sr. Presidente da Câmara, pela forma como, politicamente, este problema foi gerido.

Estão aqui os líderes partidários todos, o que muito me apraz também registar e com o qual me congratulo. E também me fica bem agradecer a postura que todos os partidos tiveram nesta situação. Como eu digo, aqui ninguém tentou tirar dividendos políticos, nem do lado da Câmara nem do lado dos partidos. E, se não forem estes problemas que aqui temos resolvidos, para mim, neste momento, sentia-me politicamente satisfeito e na altura de ir embora.

O diálogo que eu sempre aqui defendi neste concelho verificou-se. Há um clima de unidade. Isso não nos vai inibir da discussão, que espero que seja viva e acesa, esta e outras. Mas mostrou, como eu também sempre disse, que aquilo que nos une é quase tudo, que nos momentos cruciais e nos momentos que, de facto, são de monta e merecem o nosso empenho, atenção e responsabilidade, todos respondemos em unísono, o que, de facto, me deixa muito satisfeito. Foi aquilo que eu sempre desejei ver em Oliveira do Hospital. Há males que vêm por bem. Esta situação acabou por confirmar isso.

Também me fica bem agradecer a postura do Sr. Secretário de Estado, do Sr. Presidente da Comissão de Educação e de outras pessoas – foram muitas como o Sr. Presidente já disse – que saíram em defesa da Escola, que hierarquicamente defenderam a Escola e que, em meu entender, colocaram o Sr. Presidente do IPC numa postura de grande fragilidade, de que eu penso que ele deve tomar as devidas ilações.

Às vezes – e não vou dizer isto com vaidade – orgulho-me da minha quarta classe. Como é que um Presidente de um Instituto, com esta responsabilidade, toma uma atitude



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destas e nem sequer é capaz de ter a elegância de fazer um telefonema ao Sr. Presidente da Câmara? Como é que se toma uma atitude destas a quinze dias de abrir as aulas? Este Senhor terá a noção dos problemas de seiscentos alunos, arranjar uma nova deslocação, como a Senhora que aqui esteve? Iam perder o emprego ou a Escola. Quantos futuros iam ficar comprometidos com esta atitude? Eu pensava que, quando se está num lugar desta responsabilidade, se equacionavam estes problemas.

Portanto, espero que esta minha posição chegue ao Sr. Presidente do Instituto porque, se mais não fora por causa disso, eu penso que ele deve rever a sua posição se, de facto, tem condições para ali continuar.

Depois, todos nós aqui somos sensíveis às dificuldades. Todos nós sabemos que passamos um momento de dificuldades no País e que todos nós temos que ter sacrifícios. Mas, se é para fazer sacrifícios, se é para racionalizar e para cortar nas despesas, porque é que se vai cortar numa Escola que está aqui nesta região, que é o motor do desenvolvimento da região, e não se fecham as escolas que estão a quinhentos metros do mesmo Instituto e com a mesma responsabilidades, que estão a quinhentos metros da Universidade de Coimbra, que é a mais antiga e prestigiada universidade portuguesa? Os alunos que mudassem destes Institutos que estão lá próximos para a Universidade, não tinham que mudar de escola, não tinham que mudar de emprego, que, por certo, tem consequências gravíssimas na economia e na vida das pessoas.

Pensava eu – com a minha quarta classe – que um Presidente de um Instituto, com esta responsabilidade e com formação académica superior, pensaria nestes problemas.

O que nós precisamos aqui em Oliveira do Hospital é de cursos. Porque, qual é que foi a gestão que eles aqui fizeram? Já aqui foi dito: ficaram aqui os cursos que rendem menos e levaram os outros. Mas, se calhar, não levaram os professores. Se calhar, ficaram cá as despesas. Se calhar, criaram-se cá gorduras e vícios, que não resolvem. Esses, sim, se calhar resolviam os problemas de gestão e da falta do dinheiro que urge para a normal gestão da Escola.

Ora, a Escola Superior de Oliveira do Hospital terá disponibilidade de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros. Se calhar, estará preparada para resistir às dificuldades, mesmo nesta altura de crise, e para aguentar por mais algum tempo.

A Câmara, em boa hora, empenhou-se na Plataforma, onde hoje se tentam desenvolver dois cursos nos biocombustíveis, que poderão ser mais um complemento com a ESTGOH e que, no seu conjunto, vão criar riqueza e enriquecimento, não só para a região como para o País. Isto porque estamos a falar de duas situações de muito valor acrescentado, de muita poupança de dinheiro ao País.

Portanto, pensava eu, como disse, que uma escola a oitenta quilómetros, onde há muito trabalhador-estudante e por isso têm outra rentabilidade... Quero com isto dizer que a empregabilidade dos alunos da ESTGOH, ao que me dizem, é muito superior à das outras universidades. Porquê? Porque são pessoas que andam ali com vontade e com querer, que trabalham e estudam para, de facto, conseguirem melhorar as suas vidas. Assim, “cortar os pés” a esta gente seria de uma tamanha irresponsabilidade.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por tudo isto que aqui acabei de referir, quero aqui dizer, com a responsabilidade que tenho, que conte com os oliveirenses e que penso que pode contar com esta Assembleia. Mas, por mim, que por mim eu posso falar, conte para estar sempre na linha da frente, como me compete, para fazer o que fôr necessário para defesa desta Escola. E eu penso – e parece que isso foi reconhecido por todos – que seria um crime de lesa-pátria fechar esta Escola, nestas condições e neste contexto.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Depois do que foi dito aqui, é evidente que eu, pessoalmente e como oliveirense, tenho que repudiar veementemente esta atitude do IPC. Parece-me uma atitude acima de tudo irresponsável porque penso que vai ficar na história do concelho de Oliveira do Hospital como um dos maiores atentados a este concelho e ao seu desenvolvimento. Isto é uma mancha negra, que ficará sempre a pesar na consciência da Direcção do IPC.

Depois, queria agradecer, como autarca mas também como munícipe oliveirense, o empenhamento e a celeridade que o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo puseram no tratamento deste assunto. Foi, realmente, uma luta contra o tempo mas conseguiram virar os acontecimentos. E isso apraz-me registar e é com satisfação que o faço aqui.

Queria também manifestar a minha solidariedade e disponibilidade, assim como certamente da população de Lagares. Pode contar com a nossa disponibilidade e empenhamento nas lutas que tiver que travar para a manutenção da ESTGOH em Oliveira do Hospital.

Eu abria agora aqui um parêntesis. Não tem muito a ver com isto, embora esteja de certa forma ligado. Esta atitude do IPC e estes movimentos, eu penso que também nos deve servir de alerta para continuarmos a lutar pelas acessibilidades. Penso que, se calhar, os Srs. do IPC e outras pessoas estarão incomodados com o percurso que terão que fazer. E, se ele fôr melhor, talvez já não tenha esse problema. Isto é uma coisa que também temos que ter em atenção e continuar a luta pela melhoria das acessibilidades.

E eu punha aqui uma questão: se a ESTGOH não tem problemas financeiros, se tem alunos, se é indiscutível que é importante para o desenvolvimento desta região, se não são os alunos que querem sair de cá, eu acho que talvez fosse interessante saber quais são as verdadeiras razões, intenções ou interesses do IPC para o encerramento desta Escola.

E, já agora, para terminar e para desanuviar um pouco, falou-se numa primeira proposta de transferência da Escola para a Figueira da Foz. Então, se tiver que haver transferência, que seja feita para Lagares que sempre é mais perto...”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis:

“CONTRA A DECAPITAÇÃO ANUNCIADA DA ESTGOH
POR UMA ESTGOH “NOVA”

Enfim, o sino tocou a rebater nesta questão da defesa da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais vale tarde do que nunca.

Cabe aqui lembrar as intervenções e as iniciativas da CDU e do PCP ao longo já de anos, sempre em defesa e pela promoção da ESTGOH. Ou seja, nós, CDU e PCP, nós não estamos nesta luta só agora, ou sequer ontem ou anteontem. E que cada um fale por si e assuma todas as responsabilidades.

Da nossa parte aqui interviemos na Assembleia Municipal, com “moções” aqui apresentadas, quase sempre “chumbadas” pelas outras forças políticas às vezes com aquela argumentação, que hoje nos dispensamos de classificar, de que as moções vão parar ao cesto do lixo dos ministérios, lembram-se?...

Em conjunto com outros intervenientes, partimos para um “Abaixo-Assinado” na Cidade, por novas instalações para a ESTGOH dentro da freguesia de Oliveira do Hospital quando outros admitiam, docilmente, construí-la fora da Freguesia da Cidade, lembram-se?

Mas também interviemos com propostas concretas por exemplo em sede dos debates anuais de Orçamento de Estado na Assembleia da República entre uma dotação para a construção das indispensáveis e novas instalações da ESTGOH. Infelizmente, e dando sempre provas de uma prática de facto antidemocrática e de “terra queimada”, sempre o PS, mais PSD mais CDS/PP têm votado contra essas propostas do PCP na Assembleia da República.

E, acaso se lembram da intervenção sobre a ESTGOH aqui feita por mim na última sessão desta Assembleia Municipal em Junho passado? Pois aqui alertei o Sr. Presidente da Câmara, sem margens para dúvidas, para os riscos sérios em que a ESTGOH se encontrava e, creiam, se continua a encontrar.

Mas já em Abril ou Maio, tinha eu feito idêntico alerta em reunião do Conselho Municipal de Educação.

Perante aquilo que aconteceu há dias atrás, creio que os nossos alertas se justificavam pois a decapitação imediata da ESTGOH esteve para acontecer...

Não aconteceu, mas a guilhotina continua armada, acreditem.

Não que sejamos bruxos ou que façamos parte do SIS mas porque procuramos estar atentos e informados.

Informados, não exactamente por estarmos dentro da cabeça do Sr. Presidente do IPC – que se tivesse vergonha na cara já se tinha entretanto demitido – ou por estarmos dentro da cabeça de quem quer que seja, como é óbvio.

Mas por conhecermos razoavelmente as orientações e as práticas políticas e orçamentais dos últimos anos – dos governos do PS e do PSD/CDS – com os sucessivos PEC e agora com a monstruosidade deste atentado à soberania e à independência nacionais, atentado consubstanciado nas imposições das troikas, onde consta o encerramento de muitas Escolas, entre outros desvarios.

Aliás, temos mesmo um governo mais troikista que a troika. E, desculpem a franqueza, com políticas de verdadeiro terrorismo financeiro, económico e social.

Políticas que nos dão cabo da vida e não vão resolver um só dos graves problemas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nacionais e antes pelo contrário.

Políticas que apontam para cortes brutais nos orçamentos da educação, de entre outros cortes.

Logo, a guilhotina continua armada por cima da ESTGOH...

O (ainda) Presidente do IPC quis apunhalar pelas costas a ESTGOH, o Município e o próprio Presidente da Câmara. E tão incrível é esta postura do Presidente do IPC que até parece, até parece, que se prestou a fazer um número que a seguir permitisse o “brilharete” do Sr. Secretário de Estado ao vir contrariá-lo na questão do encerramento imediato, repito, imediato, da ESTGOH.

Mas o elemento está agora visto e desclassificado. Já deixou de ser “bode expiatório”.

Entretanto, não confiemos demasiado outra vez.

Importa agora cerrar fileiras e este é já um desses momentos.

Da nossa parte votaremos favoravelmente a “moção” a partir da iniciativa do Executivo Municipal. É uma moção legítima e que cobre com dignidade democrática e com prestígio esta Assembleia e o nosso Município.

Mas muita atenção:

Que vai acontecer à ESTGOH já em 2012/13? Que garantias há já, da parte do actual (des)governo, de que não a venham a encerrar então, ou no ano seguinte?

E quanto ao valor das propinas, dos apoios sociais? E quanto aos cursos ministrados na ESTGOH?

E quanto às indispensáveis novas instalações cuja construção é de inequívoca responsabilidade do Governo central?

A seguir, vamos já lutar pelas novas instalações para a ESTGOH. A construção das novas instalações, a concessão dos cursos que a ESTGOH requeira, serão sempre as melhores garantias para que a ESTGOH não encerre. Melhor dito, para que as troikas não nos venham matar a ESTGOH, ainda que por morte lenta.

E nessa luta tem que ser mais envolvida toda a Escola, toda a População da Cidade, do Município, até da Região. À semelhança daquilo que a dada altura aconteceu em relação às Urgências do Centro de Saúde, lembrem-se? Já agora, Urgências que também continuam debaixo de ameaça de encerramento, creiam.

Não, sob pena de ser mais facilmente derrotada, esta luta pela ESTGOH não pode ser uma luta apenas dos autarcas ou de certas e escusas “diplomacias paralelas”, entendamo-nos.

Vamos pois à luta de forma aberta e transparente. Que o Município se ponha a pau!

Brevemente, muito brevemente, voltaremos a ver quem de facto está pela ESTGOH, e quem está contra ela ou quem, afinal, dela faz pouco caso...”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Manuel Garcia:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu, quando entrei para aqui, aí há doze anos, uma das coisas boas que tínhamos aqui e que apareceu por aqui foi a ESTGOH. Não tenho memória em nenhuma Assembleia que nós tenhamos estado aqui em que a ESTGOH não tenha sido objecto de conversa ou alguém tenha questionado o Sr. Presidente da Câmara, este ou outro. E não é fácil para nós, e para os alunos que estão na Escola, verem as notícias e serem confrontados com a realidade com que hoje aqui estamos nesta Assembleia.

Nunca pensei estar aqui para debater esta situação. Pensava que este assunto da ESTOGH era um assunto que, para quem tem responsabilidades, estaria ultrapassado. Mas assim não é porque temos um Presidente do IPC que, não sei com que objectivo nem com que ideias... É tipo David e Golias; é a cidade do interior e a cidade de Coimbra. E os interesses são esses. É passar para lá os alunos. E é como o Sr. Presidente diz, que aqui “é uma quinta”. Não conhecem Oliveira do Hospital, porque estamos a falar de seiscentos alunos, estamos a falar de professores, estamos a falar dos funcionários. E esses Senhores não tiveram nada disso em atenção. Esse Senhor não sabe nada de Oliveira do Hospital. Por isso, para mim, como autarca e jovem, repugna-me muito... Com que cara é que esse Senhor se vai dirigir um dia aqui a Oliveira do Hospital e vai aparecer perante os alunos da Escola, perante os funcionários e perante alguns professores?

Mas estamos a esquecermo-nos de uma coisa: esse Senhor já prejudicou em muito a Escola. Estamos a quinze dias da abertura do ano lectivo. Qual é o aluno que vai concorrer para uma escola que pode fechar? Porque ainda hoje de manhã vi uma notícia em que o Presidente do IPC diz que o processo ainda vai a meio e que isto vai reflectir-se em dois mil e doze, dois mil e treze.

O Sr. Presidente do IPC, pelos prejuízos que causou e que está a causar à Escola, a Oliveira do Hospital e a toda a região da Beira Serra, só tinha uma coisa a fazer e é o que ele tem que fazer, é demitir-se. Demitir-se é a única forma que ele tem de se redimir porque o mal que fez já está transcrito na Escola. Esse Senhor demita-se que não está lá a fazer nada para Oliveira do Hospital.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Engº Carlos Maia:

“Em primeiro lugar, queria enaltecer a acção, particularmente do Presidente da Câmara e do seu Executivo, pelo papel que teve em defesa da ESTGOH, dos seus estudantes, dos seus docentes, dos seus funcionários e, inclusivamente, do concelho de Oliveira do Hospital e dos oliveirenses.

Foi um processo que se passou demasiado rápido, nas costas de todos nós, nas costas do Presidente da Câmara e do Executivo camarário, o qual nós estranhámos e, obviamente, todos contestámos.

Quero dizer, um pouco à laia do que o Sr. Raúl referiu há pouco, que a Junta de Freguesia do Ervedal, em reunião de trinta e um de Agosto, aprovou uma moção de apoio e de solidariedade a este Presidente da Câmara e a este Executivo camarário. Irá apresentar essa moção à Assembleia de Freguesia no final de Setembro, para que igualmente possa ser manifestado o nosso desagrado e o nosso apoio, inclusivamente também a este Executivo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

camarário.

Estranhámos todos esta atitude do Sr. Presidente do IPC. Obviamente que é uma facada nas nossas costas; é uma facada em Oliveira do Hospital, que nós não iremos permitir. Todos nós que estamos aqui somos responsáveis porque fomos eleitos para defender o concelho de Oliveira do Hospital. E todos nós, sem excepção, iremos ser responsabilizados por aquilo que vier a acontecer ou não vier a acontecer à ESTGOH.

E agora desculpem-me mas tenho que dizer isto: que ninguém diga que isto não é uma questão política porque isto passa por política. E eu quero lembrar-vos daqui uma coisa e estão aqui pessoas que seguramente se lembram disso: foi a política que criou condições, foram os políticos e foram as influências políticas que criaram condições – e eu recordo-me pois na altura estava na vereação – para que a ESTGOH fosse criada e viesse para Oliveira do Hospital.

Se bem se recordam, tínhamos nessa altura um governo do Partido Socialista à frente deste País. Tínhamos à frente da autarquia um Executivo camarário do PSD. Hoje, as coisas estão invertidas.

Portanto, o que é que eu pretendo dizer com isto? Que fique bem claro que não quero estar a fazer aqui qualquer política partidária à volta deste assunto. Porque eu entendo que a Escola não tem côr, não tem partidos. A Escola tem alunos, tem professores e tem funcionários. E a Escola é de Oliveira do Hospital de todo o mérito e de todo o direito, como também é de toda a região envolvente a Oliveira do Hospital.

E daqui eu faço um apelo à Câmara Municipal, ao seu Presidente: que, desde já, crie condições para sensibilizar de uma forma muito forte todos os municípios à volta de Oliveira do Hospital, que têm interesse em que a ESTGOH não saia de Oliveira do Hospital porque trazem seguramente aqui alunos, também nesta Escola. E se ela sair daqui, obviamente que isto traz prejuízos aos alunos da ESTGOH.

O que eu quero dizer com isto é uma coisa muito simples: há um despacho e é esta a única razão pela qual o processo foi travado. Há um despacho, um comunicado de imprensa, do Sr. Secretário de Estado, que sai do Ministério da Educação, do dia vinte e oito de Agosto de dois mil e onze, e que diz que *“nos termos do que dispõe o número dois do artigo cinquenta e nove do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro), o Ministério de Educação e Ciência não pode dar a sua anuência ao encerramento da ESTGOH nem à sua transformação, nos termos propostos pelo Presidente do IPC ou noutros que, sob qualquer pretexto, conduzam ao mesmo resultado.”*

Portanto, foi única e simplesmente isto que travou o encerramento da ESTGOH, já em dois mil e onze.

E, agora, vou lembrar-vos outra coisa e aqui é que entra a parte política. É que o tal artigo que é referido aqui neste despacho e neste comunicado de imprensa diz simplesmente isto:

“CAPÍTULO V

Criação, transformação, cisão, fusão e extinção de unidades orgânicas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artigo 59.º

Criação, transformação, cisão, fusão e extinção

1 — A criação, transformação, cisão, fusão e extinção de unidades orgânicas de uma instituição de ensino superior é da competência:

a) Do conselho geral, no caso das instituições de ensino públicas;

b) Da entidade instituidora, no caso dos estabelecimentos de ensino privados, ouvidos os órgãos do estabelecimento.

2 — A criação, transformação, cisão, fusão e extinção de escolas de instituições de ensino superior públicas carece de autorização prévia do ministro da tutela.”

Por isso, o que eu vos quero dizer é que, independentemente da decisão do Conselho Geral do IPC, a última palavra é sempre da Tutela.

Eu quero com isto dizer uma coisa: espero bem que o mesmo Ministério que faz este despacho, daqui a um ano, se fôr aprovada no Conselho Geral do IPC uma decisão de encerramento da ESTGOH, cumpra aquilo que está aqui escrito.

É isto simplesmente que eu quero dizer.

Vamos estar todos atentos e alertas. E todos nós, sem excepção, mesmo que tenhamos que pôr os pés ao caminho para irmos para Coimbra, espero bem vermos lá a vocês todos, como eu espero lá estar.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Em primeiro lugar, queria dizer que podem contar comigo. Sempre fui um defensor da ESTGOH e da ESTGOH em Oliveira do Hospital, na sede do concelho. E o Sr. Raúl que me desculpe – ele sabe muito bem qual é a minha opinião – mas, se assim é difícil nós segurarmos a ESTGOH, mais difícil seria se ela não estivesse em Oliveira do Hospital.

Foi com alguma tristeza que eu vi estas notícias. Foi até um colega meu que me disse: “Aníbal, já viste? A ESTGOH vai encerrar logo este ano que eu estava inscrito para continuar os meus estudos à noite.” Foi com alguma tristeza que ouvi isso.

E dou razão ao Sr. Presidente da Assembleia: se tivesse que encerrar, que encerrasse as que estão dentro da própria cidade e que deixasse ficar a de Oliveira do Hospital, que está a oitenta quilómetros, para dar a possibilidade a pessoas que trabalham também tirarem a sua formação.

Dizer que penso que é importante que nós todos comecemos a tomar medidas, a marcar posições. Dizer-lhes que nós estamos cá para lutar pelos nossos interesses. Penso que a Escola é muito importante para o desenvolvimento do concelho.

Portanto, Sr. Presidente, pode contar comigo para mobilizar as pessoas da minha freguesia, se fôr necessário.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves que fez a seguinte declaração:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu vim aqui dar conhecimento da tomada de posição do PSD de Oliveira do Hospital.

Entretanto, como deputado municipal, também queria apoiar plenamente o Sr. Presidente da Câmara e toda a vereação no desenvolvimento que teve com toda esta situação que foi criada aqui em Oliveira do Hospital. E agradecer a ele e a todas as pessoas que intervieram no empenho para defesa dos interesses da ESTGOH.

Entretanto, tenho aqui a tomada de posição do PSD, que passo a ler:

Todos sabemos que a situação económico-financeira de Portugal é particularmente difícil. Ouvimos diariamente, através da comunicação social, as medidas restritivas e cortes orçamentais que influem directamente na vida de todos nós. Temos noção dos tempos difíceis que se adivinham face às contingências orçamentais já anunciadas. No entanto, os cidadãos portugueses terão a noção que, para Portugal não cair no precipício, terão de ser tomadas medidas essenciais para a manutenção da ajuda externa, pese embora a sua impopularidade.

Nesse âmbito, o governo veio anunciar o corte de 8,5% para o orçamento do ensino superior público relativo ao ano de 2012.

No seguimento desta medida, nada faria supor que o Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, viesse propor no passado dia 22 de Agosto de 2011, em reunião de conselho de gestão, a atribuição de orçamento 0 para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e, com esta tomada de posição, conduzir habilmente a escola ao seu encerramento.

Sendo esta uma medida de carácter gestor, é da inteira responsabilidade do Sr. Presidente do IPC. Podendo ter efectuado uma gestão equilibrada optou por uma solução que, do ponto de vista financeiro, seria muito mais fácil para as restantes escolas do Instituto.

Assim, sendo o sustento da argumentação apresentada pelo senhor presidente do IPC os cortes orçamentais propostos pelo governo fica clara a responsabilidade nesta matéria.

O PSD de Oliveira do Hospital considera ser esta uma forma de gestão danosa e irresponsável baseado nos seguintes factos:

- em nenhum momento foram ouvidas as partes interessadas ou promovida qualquer forma de discussão sobre as medidas a implementar;

- não foi devidamente acondicionada a situação dos alunos e pessoal não docente que, em número significativo, não teriam condições para se deslocar para as escolas do IPC, ou mesmo os trabalhadores estudantes que desenvolviam em Oliveira do Hospital a sua formação pessoal, dada a proximidade da escola;

- não foi acondicionado o facto de existirem cursos em Oliveira do Hospital sem continuidade noutras escolas do IPC;

- o corte proposto deveria ter sido equacionado e distribuído equitativamente pelas restantes escolas do IPC, tendo em conta os respectivos orçamentos atribuídos;

- a inoportunidade da transferência dos alunos quando estamos em fase de início de ano lectivo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Juntamos aos argumentos aduzidos a importância que a ESTGOH representa para a nossa região, o nosso concelho e em particular para a cidade de Oliveira do Hospital.

É, justamente, pela importância reconhecida nesta última década, desde a sua abertura no ano de 2000, que a Câmara Municipal tem investido no sentido de colaborar não só na sua manutenção como também na sua expansão. Facto assinalado pelo apoio dado ao IPC no que diz respeito à assunção das despesas decorrentes do seu funcionamento, os vários projectos apresentados para novas instalações (quer pelo anterior, quer pelo actual executivo), assim como as mais recentes parcerias estabelecidas no sentido de proporcionar novas experiências e enriquecimento da oferta formativa deste pólo. Curiosamente estabelecidas com o mesmo Presidente do Instituto Politécnico, Dr. Rui Antunes que agora põe em causas todos estes projectos.

Nos últimos anos temos sido completamente ostracizados pelas medidas implementadas que nos isolaram na nossa interioridade. A crise tem-se feito sentir de forma muito acentuada nesta região; as questões sociais são cada vez mais emergentes e a taxa de desemprego continua demasiado elevada. Desta forma, não podemos permitir mais esta machadada no nosso concelho.

Assim, o PSD de Oliveira do Hospital e o seu grupo parlamentar, vem por este meio manifestar o seu inteiro apoio ao executivo camarário e valorizar o empenho do senhor Presidente da Câmara e de todas as forças partidárias do concelho na defesa desta causa que é de todos nós, oliveirenses.

Aproveitamos ainda para manifestar publicamente um agradecimento aos nossos deputados eleitos por Coimbra que, desde o primeiro momento, estiveram na defesa dos interesses de Oliveira do Hospital.

Sem dúvida, que a união faz a força e estaremos disponíveis para debater e defender esta e outras questões relacionadas com os interesses de Oliveira do Hospital que pretendemos menos desigual e mais sustentável.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Inácio para a seguinte intervenção:

“Há duas motivações que me trazem hoje aqui a Oliveira do Hospital e que me tocam profundamente. Há uma motivação positiva e uma motivação negativa.

A negativa claramente que já foi falada por nós todos e é o prazo anunciado do fecho da ESTGOH. É extremamente negativo para o concelho, para a região e para todos aqueles que vivem e sentem Oliveira do Hospital todos os dias e que vivem esta terra e esta região e que sentem isso profundamente no coração. E eu sou um dos que sente isto e sente-o todos os dias.

Eu acho que o Sr. Presidente do IPC mostrou uma total ignorância, irresponsabilidade e desumanidade nas atitudes que está a tomar perante os oliveirenses e perante os alunos de Oliveira do Hospital.

Por outro lado, esta hipocrisia manifestada, e a palavra dada e a palavra tirada, não sei o que se pode dizer de uma pessoa deste tipo mas eu acho que não tem classificação nenhuma e acho que não há qualquer dicionário onde se possa incluir uma pessoa deste género.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A aluna que esteve aqui mostra claramente os problemas sociais que este encerramento vai causar, os problemas humanos e os problemas sociais. Sabemos que aqui na ESTGOH há muitos alunos que estudam à noite, que se sacrificam na sua vida para conseguir um curso e para evoluir na sua carreira e pessoalmente. E isto é uma machadada muito profunda e muito desumana nos oliveirenses e em todos os que estão aqui nesta Escola.

Não podemos pactuar com isto e temos que dizer não a esta situação.

Queria também dizer-vos que eu acho que temos que lutar, temos que ir até onde tivermos mesmo que ir. Temos que fazer as manifestações, ir onde fôr necessário, para lutar por esta Escola, porque acreditamos nela e porque sabemos que isto valoriza Oliveira do Hospital e a nossa região.

Posso dizer que contem comigo mas também posso dizer – e tenho a certeza absoluta – que contem com todos os que estão aqui hoje e contem com todos os oliveirenses.

E posso abertamente também dizer que a ESTGOH tem futuro e que Oliveira do Hospital tem futuro, de certeza absoluta. E que estamos todos unidos. Esta é a motivação negativa e que também já traz algo de positivo.

A motivação positiva que me traz aqui hoje é que se deu aqui hoje uma manifestação de força, de solidariedade e de união como não se via há muito tempo em Oliveira do Hospital. Isto de estarmos todos unidos por uma causa comum, esperemos que haja mais causas, para que isto aconteça e que possamos estar unidos. Só nos motiva, só nos engrandece e só nos faz engrandecer como oliveirenses.

Muito obrigado a todos e muita força a todos por esta causa comum.”

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, com a seguinte declaração:

“Já quase tudo foi dito. Mas eu também queria deixar alguns apontamentos sobre esta questão.

Começar por enaltecer a forma como o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo se comportaram em todo este processo. Nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara reagiu de uma forma proactiva, o que é enaltecer. Abandonou o gabinete. Enfrentou o Sr. Presidente do IPC de uma forma corajosa, para não dizer mais, porque ele não disse tudo o que lhe disse a ele. E ainda bem porque há coisas que não se dizem em público, nomeadamente havendo Senhoras.

Dizer também que foi importante o apoio aqui do PSD e do CDS, nomeadamente para se poder recorrer a instâncias superiores, no diálogo com outras entidades, como foi o caso do Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior. E só isso permitiu que, do Ministério da Educação, viesse a afirmação de que, face a este problema, *“rejeitando liminarmente a pretensão do Presidente do IPC e considerando que não pode dar a sua anuência ao encerramento da ESTGOH nem à sua transformação, nos termos propostos pelo Presidente do IPC ou noutros que, sob qualquer pretexto, conduzam ao mesmo resultado.”*

Isto é uma afirmação de princípio, vindo do gabinete ministerial que, no futuro, vai ter algum peso.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De facto, estávamos aqui perante um perigo que, a meu ver, seria o maior problema das últimas décadas no concelho. Porque é preciso ter em atenção que estamos a passar um contexto recessivo. Temos um cenário de aumento do desemprego e também temos um cenário de encerramento do comércio.

Por umas contas que eu consegui fazer em cruzamento com a ARESP, cinquenta por cento dos alunos residentes, se deixassem de residir cá, sessenta por cento do comércio de restauração iria fechar em Oliveira do Hospital. Portanto, é preciso também que, para além de nós, elementos da Assembleia Municipal, as pessoas do concelho tenham conhecimento do que se está a passar e daquilo que foi feito para que, no futuro, se fôr preciso tomar algumas medidas, as pessoas tenham noção disso. Portanto, sessenta por cento do comércio de restauração iria fechar, para além do encerramento de setenta por cento do comércio de alojamento, o que se percebe.

Outra consequência é que fecharíamos a porta aos alunos que não se podem deslocar para outros centros. Portanto, haveria aqui uma situação de exclusão do direito de acesso ao ensino superior, que é um princípio inscrito na Constituição e que nós devemos preservar.

Uma outra consequência, que também já foi aqui referida, é a dificuldade de afirmação da Plataforma de Desenvolvimento da Região Interior Centro que, como sabem, está a trabalhar em articulação com o IPC. E a ESTGOH é a entidade responsável para a ligação entre estas instituições. Tudo isso se perderia.

Depois, o precedente, que também já foi aqui referido pelo João Dinis, e que faz sentido referi-lo aqui também e que é: como sabem – e, aliás, os *on-line* alimentam-se disto, de uma forma vergonhosamente apócrifa – o precedente que se criaria poderia arrastar ao encerramento de outros organismos públicos, para além de outras consequências de natureza subjectiva, como calculam.

A questão da auto-estima, a questão da dignidade como concelho – perdíamos isso –, a exposição nacional que teria na perspectiva negativa e a própria situação do pólo de atractividade que o concelho perderia. Tudo isto seria um desrespeito por este concelho, que interessa relevar aqui.

A tomada de posição do Sr. Presidente do IPC permite-me um comentário. Penso que tentou resolver isto “à portuguesa”, com uma certa esperteza saloia. Uma certa esperteza saloia, que é própria dos portugueses mas que, a este nível, como diz o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não é admissível. Perante uma diminuição do orçamento, como o Sr. Presidente da Câmara disse, “*o IPC tem seis filhos mas, como há uma diminuição do orçamento, é muito fácil: mata-se o mais novo*”. Ora, isto é inadmissível.

Há aqui questões que vale a pena pensar nelas. Eu deixaria aqui apenas três ou quatro conclusões.

Em primeiro lugar, esta Câmara, este Presidente de Câmara deu provas de grande capacidade de determinação e de diálogo. Merece ser apoiado em futuras situações difíceis porque, por vezes, como sabem, nem sempre os partidos se unem quando os interesses são comuns. Em vez de ser criticado por figuras menores, com a tal capa da ignomínia que eu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referi à bocado, nomeadamente nos *on-lines*, o que é uma vergonha por virem sob a forma de anonimato.

Segunda conclusão: para mim, o CDS e o PSD honraram o compromisso com o anterior Governo, cumpriram a sua obrigação, merecem o nosso agradecimento porque fizeram bem. Persistam na defesa deste concelho.

Também é preciso não esquecer o que sucedeu: esta Escola tem, de facto, muito inimigos. Querem o orçamento da Escola, querem os alunos, querem os cursos. Quanto aos professores, não se sabe muito bem. Mas vamos deixar isso para depois.

É preciso, de facto, estarmos preparados para estes ataques, reagindo sem condescendência sobre quem menospreza o concelho. Devemos estar unidos quanto ao futuro. Devemos unir os autarcas, os alunos, os funcionários mas também a comunidade em geral, pelas consequências estatísticas que eu há bocado referi.

Quanto aos professores, penso que vale a pena chamá-los à luta. Infelizmente, nós vivemos numa sociedade em que se perde muito facilmente a noção da gratidão e da solidariedade.

Quanto à última conclusão, porfiar no financiamento à construção do edifício, para tornar irreversível a instalação definitiva da Escola.

O actual Governo assumiu o compromisso com o Governo anterior da manutenção e da instalação da Escola. A Escola, como calculam, não pode ser feita a expensas da Câmara. Não há condições para isso. É preciso procurar financiamento, eventualmente através de fundos comunitários ou do orçamento de Estado para que os inimigos da ESTGOH não mais tenham a pretensão de minorizar o concelho. Num concelho do interior há sempre a tentação em fazê-lo. Mas isto lembra-me aquele provérbio: *“quando as coisas se tornam difíceis, pagam os mais frágeis”*. Isto tem um nome mas eu não posso aqui dizê-lo.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes tomou a palavra para a seguinte intervenção:

“Sem dúvida que a Assembleia Municipal é um órgão político. Hoje, como já foi frisado por vários intervenientes – e apraz-me registar e fico bastante satisfeito por isso – tentou-se aniquilar essas divisões políticas em prol de um tema que todos entendemos comum.

Mas, claro, o Sr. Eng^o Carlos Maia, Presidente da Junta de Ervedal, lembrou-nos que, na realidade, isto é um órgão político. Parece-me que veio destoar um bocadinho e eu também não queria deixá-lo sem resposta. Porque aquilo que o Sr. disse no que diz respeito a que a Escola foi criada na altura do Governo PS e a Câmara PSD e que agora temos um Governo PSD e uma Câmara PS, tem muitas leituras e não sei o que é que o Sr. quis deixar no ar.

É um facto que, se fosse intenção do Governo fechar a Escola, tinha tido aqui uma oportunidade de ouro para o fazer. E não o fez. E, como disse o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, sem dúvida que esta tomada de posição vai servir para o futuro. Como se abrem precedentes de uma forma, também se abrem de outra. Hoje defenderam a Escola e estamos todos convencidos que o argumento para o ano será o mesmo, se o problema se mantiver.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E é isso que me interessa falar: é exactamente para o ano. Porque, felizmente e devido ao empenho do Sr. Presidente da Câmara e do Executivo... E isso é de enaltecer e mais uma vez temos que pôr as questões político-partidárias de lado. O Sr. Presidente esteve muito bem e é de enaltecer a sua disponibilidade e também a de todos os outros intervenientes que o Sr. não mencionou. Também lembrar que essa audiência que o Sr. solicitou ao Sr. Secretário de Estado parece-me que foi disponibilizada em dois ou três dias. Se calhar, se fosse há meio ano atrás, com outro Governo, teria sido mais complicado.

Graças ao seu desempenho e do seu Executivo, já estamos a falar de um problema do passado porque parece-nos que está resolvido. E agora interessa começarmos a falar, como o Sr. disse, do futuro e que acções é que a Câmara e nós todos, de forma concertada e liderada por si, podemos actuar por forma a que, daqui a um ano, não estejamos novamente aqui a falar sobre isto.

Sem dúvida que este episódio causou um desgaste grande à imagem da Escola. Provavelmente, nesta segundo fase vai ter muito menos procura.

E eu queria deixar aqui duas ou três considerações para nós todos reflectirmos. Como o Sr. disse há uma ou duas Assembleias Municipais, quando se começou a falar do “diz que disse”, que vai fechar ou que não vai fechar, o Sr. disse e muito bem que há assuntos que não vale a pena falarmos muito. E agora? Será positivo para a Escola e para os interesses da Escola continuarmos a acção na comunicação social? Ou, por outro lado, nos gabinetes, continuando a movimentar-se da forma como tem feito mas mais em silêncio, por forma a não prejudicar a imagem da Escola? Poderá ser uma pergunta pertinente. Isso é fundamental saber, como é que vamos continuar essa luta e evitar um problema que nós, oliveirenses, todos temos.

E, Sr. Presidente da Câmara, como não devemos andar uns a lutar para um lado, pensando que estamos a fazer bem, e outros para o outro, também com boas intenções, lançava-lhe este repto: vamos consigo, atrás de si, com o Sr. a liderar essa luta, e esquecendo as nossas diferenças político-partidárias, neste caso, naturalmente. E, como alguém disse aqui, neste caso e noutras lutas que possam ser de desígnio comum, vamos atrás de si, de uma forma concertada. E, claro, com o seu espírito de diálogo democrático, consultando-nos antes de tomar essas iniciativas, conversando com este órgão e com outros que achar, com a sociedade, promovendo o debate.

Como o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves disse, por vezes, as pessoas, lá fora, não têm a noção da realidade das coisas. Eu desconhecia que sessenta por cento do comércio de restauração poderia fechar, caso a Escola se fosse embora.

Então, seria mesmo importante abrir esse fórum de debate. Importante ou não, é aquilo que eu dizia há pouco. Será que isso é positivo para a imagem da Escola, andarmos todos a falar de uma forma às vezes menos coordenada? Ou não?”

Depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Antes do que eu queria concretamente dizer e tendo em conta que o Rui Abrantes, acho que desnecessariamente, interpelou aqui determinadas situações que penso que, neste



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento... Se calhar, eu também teria outras para aqui vir falar. E, reforçando até essa ideia, penso que neste momento são dispensáveis porque este assunto é sério demais. E o que me preocupa agora é que haja aqui unanimidade em relação a um único ponto e que foi esse que nos trouxe aqui esta noite.

Uma pequena salvaguarda e não me levem a mal mas é só por uma questão interna em termos da Assembleia e fizeram bem intervir mas gostaria de deixar aqui um ponto: uma assembleia extraordinária permite que haja participação do público mas não a sua intervenção. Não foi por mal, fizeram bem. Mas a lei assim o diz e, em assembleias extraordinárias, o público pode estar presente mas não deverá intervir.

Tendo em conta o que o Rui disse e eu, há uns dias, escrevi algo numa página pessoal, queria aqui só ler alguns parágrafos:

Chegou a hora de, em definitivo os oliveirenses, aqueles que verdadeiramente sentem esta terra, se unirem e tomarem uma posição radical sobre vários assuntos que até hoje nunca foram resolvidos e várias vezes nos foram prometidos e adiados.

Estou farto de políticas e politiquices que, ao longo destes últimos vinte cinco anos, só nos prejudicaram e arruinaram e em contrapartida alimentaram vários “corruptos” sem consequências para os mesmos.

Haja coragem e sentido prático nos partidos, partidários, representantes políticos e eleitos políticos deste concelho de forma a unirmo-nos todos em prol duma única causa: Oliveira do Hospital.

Caso contrário e se não houver esta vontade, em termos de representatividades e responsabilidades autárquicas, não estaríamos cá a fazer nada. Eu, pessoalmente, também não estarei cá a fazer nada.

Dando continuidade ao que vinha expôr e que muito já foi dito e que eu, pessoalmente, estou de acordo, gostaria de abrir a minha intervenção com o seguinte. Antes de mais, gostaria de tecer o seguinte comentário: há quem queria fazer da ESTGOH o elo mais fraco do IPC. Mas, como é do conhecimento geral e sem favores, a mesma é uma Escola que, em termos de sucesso escolar, tem dado garantias interna e externamente. E exemplo disso tem sido jovens licenciados a integrarem profissionalmente quadros de várias empresas do concelho e desta região do interior e de outros pontos do País.

Mais: várias têm já sido as parcerias válidas levadas a efeito entre a ESTGOH e outras instituições do concelho e da região, em prol de toda a comunidade.

De seguida, um alerta. Depois desta última reunião realizada ontem, em Coimbra, parte do seu conteúdo ou senão todo, é só mais um acto grave de toda esta situação e problema. Como tal, é pertinente que seja tomada uma atitude célere e generalizada sobre a manutenção da ESTGOH, não só por mais um ano mas pela sua continuidade em definitivo neste concelho e região do interior. Porquê? Porque esta é mais uma afronta a todos nós. Porquê? Porque é este mais um acto de propaganda, isto referindo-me à tal divagação do Dr. Rui Antunes e seus parceiros, que vêm dizer que afinal não era para este ano mas para o próximo. Porque é este mais um acto de propaganda para que, num futuro próximo, a opção dos alunos que façam a candidatura de ingresso ao ensino superior, já não passe pela



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ESTGOH. Em complemento, e como tudo na vida tem limites, penso que deveria sair daqui, também, uma posição unânime para que o Sr. Dr. Rui Antunes se demita.

Chega de hipocrisia, chega de faltar ao respeito, não só à instituição ESTGOH, mas, acima de tudo, ao Povo deste concelho e desta região.

Não podemos só continuar a servir só para colocar o voto na urna, seja ela qual fôr, independentemente do acto eleitoral.

Nós também fazemos parte de Portugal.

E, já agora, aproveitava para deixar aqui uma sugestão, envolvendo esta situação e outras. São problemas com a dimensão deste que me levam a deixar aqui uma sugestão a todos os partidos: os responsáveis partidários locais deveriam, no futuro, exigir que os candidatos a deputados pelos círculos distritais fossem naturais do distrito ou residentes. Isto é, cada vez é mais importante que as pessoas que são eleitas pelo distrito e que nos representam na Assembleia da República, façam parte de nós, sintam os nossos problemas. Porque estou farto de interesses pessoais, materialismo e de pessoas que apenas vêm ao distrito pedir o voto para serem eleitas para deputados. Estou eu farto, sinceramente.

Quando falo em regionalização, eu pergunto: regionalização para quê? Falem-me em coesão porque coesão é quando os ricos ajudam os pobres.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para prestar o seguinte esclarecimento:

“O Nuno Filipe não tem razão.

O artigo dezasseis diz que *“Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de “Ordem do Dia” e um período de “Intervenção do Público. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do Dia” e de “Intervenção do Público.”*

Não fui eu que fiz a lei.

E o artigo dezanove diz que *“O Período de “Intervenção do Público” terá a duração máxima de 30 minutos. O período de intervenção aberto ao público, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 5 minutos por cidadão.”*

A Mesa tem que estar aqui para cumprir a sua função pois foi para isso que fomos eleitos.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Dra. Sónia Martins

“Entendo que devo dar uma palavra em relação à ESTGOH porque a minha primeira intervenção, enquanto deputada da Assembleia Municipal, foi no sentido da construção de uma nova edificação para a Escola.

Entendo que isto é um ataque vil e grotesco ao nosso concelho. Não aceito, não admito. Oito e meio por cento é um falso argumento. Não justifica. Entendo que, de acordo com aquilo que o Dr. Rui Mateus disse, a Escola está bem economicamente. Portanto, Dr. Rui Mateus, mesmo estando bem economicamente, entendo que o ataque é de tal maneira que vai



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser asfixiada.

Lamento muito ter que dizer isso. Se calhar, estou a ser levada um bocado pela emoção mas a ESTGOH diz-me muito. Foi a minha primeira intervenção e não abduco.

E, como não abduco, quero dizer o seguinte: estou solidária com todos, estou solidária com o Sr. Presidente da Câmara. Os elogios foram feitos. São poucos e também entendo que não sou eu que os devo fazer.

Portanto, estou solidária com a Escola, com os alunos, com os docentes, com aqueles que lutam por ela porque querem fazer alguma coisa para que ela cá fique.

Eu estou com vocês. Entendo que todos os Presidentes de Junta também estarão. Entendo também que todas as forças políticas do concelho também estarão, até pela declaração do Rui Abrantes. Não há divisões.

E, neste sentido, quero dizer o seguinte: só peço que haja coordenação, em qualquer das formas de intervenção ou de ação por todos nós, pelo concelho, pelos habitantes. De qualquer das formas, que seja coordenada, obviamente. Entendo que não deve ser só de gabinete. E entendo que não deve ser só do Sr. Presidente.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Mendes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Hoje, não podia deixar de ter aqui uma palavra.

Os agradecimentos, acho que já foram todos feitos. Não vale a pena estar a repetir tudo aquilo que foi dito por vós.

Mas, com alguma emoção, com alguma alegria e talvez da experiência ao longo destes trinta e três anos que passei nesta Assembleia... Há bocado, falou-se no Sr. Aristides. Já muitos Presidentes de Junta, alguns Presidentes da Câmara, alguns Presidentes da Assembleia e muita gente, muitos deputados. Muita gente já partiu. Houve sempre questiúnculas políticas. Mas houve sempre uma coisa que a mim me apraz deixar e registar: é a amizade. Sempre houve amizade entre as pessoas, apesar de muitas vezes nos gladiarmos e lutarmos uns contra os outros, politicamente. As palavras do Jano, do Rui, do João Esteves, sei lá, do Carlos Mendes quando estava desse lado. Houve tanta gente mas, no fundo, hoje congratulo-me e congratulei-me ontem pela unidade, em que todos falámos a uma só voz, em defesa das coisas principais deste concelho.

E é isso que eu acho que é importante para nós. E foi por isso que eu vim aqui. Eu não vim agradecer a ninguém porque acho que somos todos nós que estamos aí. Não só o Executivo em permanência mas todos os vereadores, presentes e não presentes. Acho que esse testemunho já foi feito.

E queria agradecer a algumas pessoas. E eu posso nomear: aos Srs. Presidentes das Comissões Políticas do concelho, que não são membros desta Assembleia mas que estão aqui presentes e que estiveram presentes em todo este processo.

Acho que Oliveira do Hospital hoje ganhou muito mais força porque nós esquecemos as nossas diferenças para nos juntarmos, a uma só voz, na defesa daquilo que é o futuro deste concelho. Nós não podemos esquecer que é o concelho que está em causa. Porque a base, em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de futuro, é a Escola. O nosso futuro passa pela Escola.

Antes de terminar queria dizer o seguinte: estão aqui pelo menos quatro elementos que pertencem à CIMPIN. De amanhã a oito dias, dia dez, vai haver uma reunião da CIMPIN. Iremos lá estar, precisamente para propôr – porque acho que é importante – uma moção que irá ser feita por nós, pela Câmara, no seguimento de tudo aquilo que se está a fazer, para tentarmos reunir aquilo que há bocado foi dito aqui, de todos os concelhos limítrofes. E não só dos concelhos mas, acima de tudo, da zona interior, de que nós fazemos parte. Porque esta zona interior não é só do interior do distrito de Coimbra, mas do interior da parte norte do distrito de Leiria.

Nós vamos fazer uma moção em conjunto. Vamos pedir apoio a alguém que nos faça uma assessoria nesse aspecto, para apresentarmos uma moção.

Eu queria terminar com uma palavra que, há vinte ou vinte e um anos, foi dita por um amigo e um antigo Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, Dr. César Oliveira, e que dizia, acerca da estrada Oliveira do Hospital/Nelas: *“a estrada não é azul, não é rosa, não é vermelha, não é laranja, não é neutra, é simplesmente uma estrada, um espaço físico, que serve para o desenvolvimento do concelho.”* Eu não queria deixar só de dizer isto porque esta frase é tão importante como aquilo que estivemos a fazer aqui, hoje, durante toda a noite.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Dra. Luísa Vales, para a seguinte intervenção:

“Valorizamos o empenho e as diligências efectuadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em prol da defesa e continuidade da ESTGOH no nosso concelho.

É para nós inquestionável a importância da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital para o concelho e para a região, não só manifestada pelo número de alunos existentes e percentagem de alunos residentes, como pelos efeitos positivos na qualificação do emprego, da cultura e da economia, constituindo um verdadeiro pilar de desenvolvimento do interior Centro do País.

A aprovação, pelo órgão de gestão do IPC, da proposta do encerramento da ESTGOH, quando o ano lectivo estava prestes a iniciar-se e do qual tivemos conhecimento através da comunicação social, provocou grande choque, originando revolta e instabilidade em toda a população, resultante da atitude incorrecta, incoerente e inqualificável do Presidente do IPC e do seu órgão de gestão.

Mas a decisão sensata e inteligente do Ministério da Educação e Ciência em manter aberta a ESTGOH no ano lectivo 2011/2012 provocou sentimentos contrários aos atrás referidos. Tal atitude cria-nos expectativas para realizarmos em conjunto, um trabalho que permita chegarmos a consensos, que levem à continuidade da ESTGOH e a oportunidade para demonstrarmos aos órgãos do IPC da justiça dos nossos argumentos.

É nossa convicção que estas dificuldades nos motivam para uma maior união e envolvimento de todas as forças vivas do concelho e da região, pelo que estamos totalmente receptivos para colaborar e participar activamente no encontro de soluções que permitam a fixação definitiva da ESTGOH.”

Depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dinis, pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Que cada um de nós, individualmente, continue a considerar o ainda Presidente do IPC como adversário ou como inimigo da ESTGOH.

Mas, do ponto de vista mais geral e político, ele – o Presidente do IPC – a partir deste momento, deixou de poder vir a ser o “bode expiatório”, ainda que continue a denegrir o cargo de Presidente do IPC.

Outra observação: eu sei que, em reunião do Executivo, houve dois vereadores que também votaram a favor da moção apresentada pelo Presidente da Câmara. Sei também que o essencial que aqui aconteceu hoje e aquilo que realmente importa, foi este sentido de unidade e de dignidade que esta Assembleia comporta e se está a comportar.

Mas, precisamente devido a esse clima de unidade e de dignidade municipal, para mim é demasiado visível, neste momento, a ausência desses dois vereadores nesta sala. São, por sinal, os dois vereadores que, no Executivo, representam o PSD.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“Só queria prestar um esclarecimento ao amigo Rui Abrantes. O amigo Rui Abrantes seguramente não me viu aqui, ou então entendeu mal, a fazer qualquer tipo... Apesar de me referir à política, refiro-me no geral. Não me viu aqui referir qualquer intervenção de política partidária. Eu fui muito claro nisso. Se não me entendeu, acho que devia ter entendido bem isso. Aquilo que eu quis dizer, única e simplesmente... E desculpem ter lembrado factos. Agora, por amor de Deus, Sr. Rui Abrantes, não pode evitar que eu relembre factos nesta Assembleia, obviamente. E aquilo que eu quis dizer é que, se foi a política e se foram os responsáveis políticos de um determinado governo que criaram a Escola em Oliveira do Hospital... E fiz referência a este despacho do Ministério da Educação actual. Foi a política que agora também evitou o encerramento da Escola neste momento, foi isso que eu disse.

Eu, depois, só fiz uma coisa. Eu só deixei aqui um desejo, que seguramente também é seu: que, à semelhança daquilo que o Presidente do IPC fez, que em Maio disse que a ESTGOH era intocável e que em Agosto fez o que fez, que este despacho que foi feito agora por responsáveis máximos políticos do Governo daqui a um ano não seja em sentido contrário.

Foi o desejo que eu fiz, Sr. Rui Abrantes. Não entenda mais que isto. Estamos esclarecidos?”

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Há uma situação que eu penso que é de importância e mais ninguém referiu, pelo menos com a pertinência que eu queria deixar, e que é o problema das instalações.

Pedia ao Sr. Presidente da Câmara que desse aqui também um esclarecimento dos entendimentos que havia sobre a questão das instalações. Sei que havia um acordo de princípio. Como todos sabem, o projecto está feito e eu penso que, agora que “o ferro está quente”, não obstante essas dificuldades, não devemos desistir do problema das instalações. Porque isso será, de facto, o consolidar da Escola, criar condições para que alunos e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

professores tenham condições de estudos e de trabalho.

Se o Sr. Presidente assim o entender, gostava que referisse esta situação e este desejo para que também os nossos governantes – e já que o assunto está em discussão pública nacional – tenham a noção dessa nossa ansiedade e também do compromisso que já havia do anterior Governo e que eu quero pensar que será do interesse comum.

Alunos, pais e professores não podem estar nesta incerteza quanto ao futuro porque, como se disse, são prejuízos graves o simples facto deste problema que acho que foi gravíssimo. E penso que, uma forma de afastar este problema de alunos, pais e professores, é continuarmos o projecto em relação ao qual a Câmara estaria disponível para fazer a sua participação.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção:

“Queria agradecer a intervenção do Dr. Mateus, serena, lúcida. E dizer que em algumas coisas não concordo consigo. Mas não há problema, pelo contrário. Quero dar-lhe os parabéns por ter vindo a esta Assembleia Municipal porque, se calhar, outros agentes da Escola deviam ter marcado hoje aqui a presença. E registo a falta deles.

Quero dizer-lhe, Dr. Mateus: o Sr. ainda não percebeu bem isto. O Sr. tem razão em tudo o que disse mas há um problema que eles utilizam e que é o problema da duplicação dos cursos. Este argumento é fantástico. Mas, o que eles querem, são os nossos alunos. Eles também têm num documento a dizer que o número de candidatos ao ensino superior é cada vez menor.

Mas quero dizer-lhe que o Sr. é um Homem com coragem e queria dar-lhe os parabéns pela forma lúcida e também prestar-lhe homenagem pela forma como tem defendido a Escola de Oliveira do Hospital.

Há outras pessoas a quem eu também gostaria de dar aqui uma palavra e que é aos Srs. jornalistas. Houve um determinado processo, esta notícia caiu que nem uma bomba. Na segunda-feira à noite já se sabia. Não foi que tentássemos esconder nada mas houve um acordo tácito com alguns jornais para que não fizéssemos muita “poeira”, até convenceremos as pessoas. Porque, do outro lado, não estavam a saber que já sabíamos e não estavam a fazer contra-poder. Porque, depois que isto veio para os jornais, houve um conjunto de contra-poder. Queria agradecer a esses jornalistas, que colocaram os interesses de Oliveira do Hospital acima dos seus interesses.

Gostaria de agradecer a todos os Srs. Vereadores, aos que estão cá e aos que não estão, até porque houve uma moção que foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara. Agradecer a todos os Srs. Deputados, aos Srs. Presidentes das Juntas, a todas as intervenções de apoio.

Quero dizer que senti-me bem. Se calhar, esta Assembleia é o momento alto, não da minha Presidência, mas do concelho. E o concelho é muito mais importante. Todos percebemos que a Escola é muito mais importante do que qualquer côm política, o que demonstra que tenho também orgulho de vos ter ao meu lado como políticos no nosso concelho pois, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é mais o que nos une do que aquilo que nos divide.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tenho noção que, muitas vezes, o debate e a crítica política é a essência da democracia. É para isso que estamos cá. E é por isso que temos visões diferentes. Esta é a perspectiva que eu tenho sobre uma cultura democrática que o concelho deve ter.

Não posso deixar de referir que essa minha postura de diálogo, de tolerância, em relação a ideias completamente diferentes das minhas, também foi importante nesta batalha.

A primeira pessoa a quem eu tenho que agradecer é ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, que percebeu o nosso drama e que fez o despacho que não permitiu fechar a Escola.

Criaram-se várias pontes, de alguns relacionamentos que tenho, de relacionamentos que outras pessoas tiveram. E eu tenho que deixar aqui uma palavra a todos os partidos e sobretudo aos deputados eleitos por Coimbra, que estiveram disponíveis na Comissão e que chegaram todos à conclusão que estariam em defesa da Escola. E que pediram audiências ao Sr. Secretário de Estado para expôr as suas posições e o seu apoio à ESTGOH.

Nós não fizemos mais do que a nossa obrigação. Fomos eleitos para defendermos os interesses do concelho. E é para isso que nos pagam. Mas eu acho que ainda não ganhámos nada. Eu acho que só ganhámos um ano, mas dá-nos capacidade para continuarmos a lutar.

Eu sou um Homem de relações e, hoje, tenho algumas boas relações com pessoas que estão no Governo, com alguns deputados.

Nós fizemos o trabalho de casa. Mas, neste momento, não temos nada para festejar, até pelo contrário. Quero dizer que não me esconderei. E se fôr preciso encetar formas de luta diferentes, também aqui estarei e estarei à frente do pelotão. E quem me conhece sabe da minha capacidade de liderar. Mas sou-vos muito sincero: preferia não ter passado estas lutas. Porque preferia andar nos corredores do poder à procura de oitenta por cento do POVT para lançarmos rapidamente as novas instalações da Escola. Isto foi tempo que desperdiçámos.

A primeira vez que fomos à procura de dinheiro para a ESTGOH, foi com o Sr. Governador Civil de então e a quem tenho que agradecer. Foi uma reunião com a coordenadora nacional do POVT. E criou-se uma estratégia: ela disse que ainda tinha um dinheiro que podia ser canalizado para a obra mas que havia o problema da Câmara não se poder candidatar a esses fundos. Assim, havia necessidade de se proceder à alteração de uma alínea num Regulamento, abrindo uma excepção. Para tal, era então necessário falar com o Sr. Secretário de Estado, Dr. Fernando Medina. E eu fui falar com o Sr. Secretário de Estado. Levei uma pessoa influente do PS, de Coimbra, e levei os “pesos pesados” do Governo de Oliveira do Hospital para o convencermos que tinha que alterar essa alínea. E conseguimos convencê-lo, pelo que disse que o iria fazer. Mas, entretanto, caiu o Governo.

Assim, penso que, neste momento, ainda não há condições para pedirmos uma audiência ao Sr. Secretário de Estado por causa disto. O tempo é muito pouco e as dificuldades do País são muitas e nós temos que ser razoáveis nisto. Por isso, estamos a dar algum tempo ao Governo.

Se nós quiséssemos, amanhã podíamos lançar o concurso da Escola. Temos o projecto e o Executivo anterior adquiriu o terreno. Em termos globais, as novas instalações custam três milhões de euros. Mas, neste momento, com os cortes orçamentais que há... Eu sempre



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

defendi que o Município tinha capacidade para lançar a Escola. Mas, como diz o João Dinis, se pudermos arranjar oitenta por cento de financiamento... Porque esta competência até era legalmente do Ministério.

Acho que há aqui alguns desafios, em termos autárquicos. Desde que eu entrei, tal como este Governo, há coisas que se alteraram. Nós precisamos de ter opções políticas claras.

Penso que este é o caminho certo. Continuo preocupado e preferia não ter tido esta preocupação.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez a seguinte intervenção:

“O que difere da moção que foi aprovada na Câmara para esta moção que vamos pôr aqui à votação, até foi uma sugestão do João Dinis, e é o seguinte: no ponto nove, no final do segundo parágrafo, diz “*e à manutenção e desejável reforço dos apoios sociais*”, para além do que estava dito na moção da Câmara.

E foi acrescentado, em função da reunião que o Sr. Presidente da Câmara teve em Lisboa no dia trinta e um, “*em virtude da sucessão de contactos e acções desencadeadas pelo presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, que implicaram uma audição extraordinária na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia da República realizada no dia 31 de Agosto, a Assembleia Municipal manifesta um voto de confiança e proporciona o indispensável apoio à Câmara Municipal e ao seu presidente para continuar a desenvolver todas as acções nas frentes entendidas como necessárias para a defesa da continuidade da ESTGOH e contra todas as tentativas de esvaziamento da sua oferta formativa e dos seus quadros, docentes e não docentes.*”

Portanto, isto é o que difere da proposta de moção apresentada pela Mesa em relação ao que foi aprovado na reunião da Câmara.

Assim, eu fazia a sugestão de votarmos as duas e de deixarmos a liberdade à Câmara de fazer como entendesse: uma posição consensual ou o envio das duas.

Portanto, como metodologia de trabalho e para não criarmos aqui nada que possa comprometer este espírito de unidade e de empenhamento que foi manifestado por toda a gente, não estejamos, por causa da redacção de uma moção, a criar um problema. Penso que é pacífico mas deixava esta liberdade à Câmara.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a ratificação da Moção aprovada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Por fim, foi colocada à votação a moção proposta pela Mesa, tendo sido aprovada por unanimidade, com o seguinte teor:

“MOÇÃO DE APOIO À CONTINUIDADE DA ESTGOH – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

Foi o Município de Oliveira do Hospital recentemente confrontado com a informação veiculada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de que pretendia levar a efeito o encerramento da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hospital.

Tal pretensão, que já no passado recente fora susceptível de ameaças, tendo sido sempre rejeitada pela forte resistência por parte da Câmara Municipal, foi materializada através de uma proposta apresentada em reunião do Conselho de Gestão que, tendo como corolário o encerramento da ESTGOH com efeitos já no ano lectivo 2011/2012, se consubstanciava em pontos que previam a transferência das licenciaturas da ESTGOH para as restantes escolas superiores do IPC; a integração dos docentes com contratos válidos, dos alunos que frequentam os cursos, e dos funcionários, nas escolas e serviços do IPC; e a distribuição das vagas da ESTGOH pelas escolas que ministram cursos na mesma área. Esta proposta foi aprovada na reunião do Conselho de Gestão do IPC realizada no passado dia 22 de Agosto, no sentido de ser submetida ao Conselho Geral do IPC – Instituto Politécnico de Coimbra, que se realizará no próximo dia 9 de Setembro.

Na mesma reunião, ocorrida em 22 de Agosto, foi também votada favoravelmente uma proposta do Presidente do IPC de congelamento da dotação orçamental afecta à ESTGOH.

Perante a gravidade de tais medidas, considerando o facto de tal proposta ter sido apreciada e votada na ausência do Presidente da ESTGOH e nem sequer constar na respectiva ordem de trabalhos para a reunião, o presidente da Câmara Municipal desenvolveu, no imediato, um conjunto de contactos e diligências em defesa da manutenção da ESTGOH e dos interesses do Concelho de Oliveira do Hospital relacionados com o mesmo estabelecimento de ensino superior.

Desde logo, foi realizada uma reunião de urgência com o presidente do IPC a quem foi claramente manifestada a inaceitabilidade de tais pretensões e a forte determinação em que as mesmas sejam alvo de resistência a todos os níveis ao alcance do Município de Oliveira do Hospital.

No dia seguinte dia 25 de Agosto foi também concedida ao presidente da Câmara Municipal uma audiência pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, previamente solicitada com carácter de urgência, perante quem foi manifestado o descontentamento do Município pela posição assumida pelo presidente do IPC, tanto pela sua inoportunidade, quanto pelos efeitos irreversíveis que causaria ao desenvolvimento económico, social e cultural da região em que Oliveira do Hospital se integra e que, aliás, constitui a principal base de captação de alunos da ESTGOH.

Neste momento é já conhecida a posição do Ministério da Educação e Ciência face a este problema, rejeitando liminarmente a pretensão do presidente do IPC e considerando que “não pode dar a sua anuência ao encerramento da ESTGOH, nem à sua transformação nos termos propostos pelo Presidente do IPC ou noutros que, sob qualquer pretexto, conduzam ao mesmo resultado”.

Não obstante a posição oficial da tutela sobre o assunto, a proposta tendente ao encerramento da ESTGOH foi previamente aprovada no sentido de ser apreciada no Conselho Geral do IPC, a ter lugar no próximo dia 9 de Setembro.

A persistência na intenção de encerramento da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital assume-se como o maior retrocesso no



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento que foi conseguido para o concelho de Oliveira do Hospital nas três últimas décadas e como uma medida de impacto avassalador em toda a Região Interior Centro, porquanto:

A ESTGOH foi criada pelo Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho, conjuntamente com mais 8 escolas do ensino superior politécnico, tendo precisamente em vista contribuir para a reorganização e expansão da rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico públicos e o aumento do número de vagas no ensino superior público.

A ESTGOH iniciou a sua actividade no ano lectivo de 2000/2001 com 90 alunos e duas licenciaturas, em instalações provisórias, adaptadas e cedidas pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no antigo Quartel de Bombeiros de Oliveira do Hospital.

Desde então, a Escola tem crescido em oferta formativa ao longo dos anos, estando actualmente com mais de 600 alunos distribuídos por 3 cursos de mestrado, 5 licenciaturas e 4 CET – Cursos de Especialização Tecnológica.

A Câmara Municipal, desde a celebração do protocolo aprovado pela reunião da Câmara Municipal realizada em 17 de Abril de 2001, que estabeleceu as bases de colaboração entre a Câmara Municipal e o IPC tendentes à instalação da ESTGOH no antigo Quartel de Bombeiros e os termos em que a adaptação das instalações se deveria processar, realizou ao longo de vários anos uma parceria activa com o IPC consubstanciada tanto na realização de obras de manutenção e ampliação das instalações quanto na assunção dos encargos relativos às redes públicas de abastecimento de bens essenciais ao edifício. Mais recentemente, o IPC foi escolhido pela Câmara Municipal para ser parceiro fundador da BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, tendo aquele instituição designado a ESTGOH como entidade responsável pela ligação entre as instituições.

É inquestionável o efeito altamente positivo que a existência da ESTGOH tem para o concelho de Oliveira do Hospital em particular e para a região envolvente em geral, de tal modo que quase 50% dos alunos são residentes no concelho de Oliveira do Hospital e seus limítrofes, sendo também certo que existe uma elevadíssima taxa empregabilidade para os alunos formados pela ESTGOH, a que não é alheia a proximidade entre a oferta formativa e a procura de mão-de-obra qualificada por parte do tecido empresarial local.

A ESTGOH presta efectivamente um serviço de insubstituível importância para o desenvolvimento do concelho e da região, tendo sido criadas expectativas aos legítimos interessados no seu funcionamento, desde alunos, pessoal docente e não docente, municípios da região e comunidade em geral, cujos direitos não podem agora ser frustrados por uma pretensão territorialmente egoísta e institucionalmente censurável a todos os títulos.

É facilmente demonstrável que tal medida constituiria, na prática, a reedição de fenómenos de exclusão do direito de acesso ao ensino superior por parte das populações do interior que se viveram há décadas atrás, na medida em que, face às condições económicas muito débeis da maioria das famílias da região, que não permitem custear os encargos de uma eventual transferência para uma das escolas de Coimbra, os alunos seriam inevitavelmente impedidos de concluir as suas formações e definitivamente perdidos pelo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sistema de ensino.

O concelho de Oliveira do Hospital tem ansiosamente aguardado pela obtenção de condições que permitam a criação das novas instalações da ESTGOH e, através das suas instituições representativas, tem desenvolvido todos os esforços, de forma tranquila mas diligente e reivindicativa, no sentido de que esse objectivo seja cumprido, quer através da aquisição pela Câmara Municipal do terreno destinado à sua implantação, quer através da realização do projecto de execução das mesmas instalações, quer ainda por intermédio das mais diversas diligências promovidas junto dos responsáveis governativos e das entidades gestoras dos meios de financiamento externo.

O concelho de Oliveira do Hospital não pode, com a mesma tranquilidade, assistir a tentativas de encerramento da ESTGOH altamente lesivas dos interesses do concelho e da região, principalmente quando tais pretensões são fundamentadas em razões meramente orçamentais que, para além de não afectarem exclusivamente o Instituto Politécnico de Coimbra e as suas escolas, mas sim todo o sistema de ensino superior público, não encontram qualquer exemplo semelhante de encerramento de estabelecimentos localizados no interior do País, sendo verdade que, tal como o IPC, também os restantes institutos politécnicos têm em funcionamento diversas escolas disseminadoras da oferta de ensino superior nas regiões mais interiores do Continente.

Por tudo isto e porque estão decisivamente postos em causa os interesses de uma vasta região, que nos cabe também defender, para além daqueles que respeitam directamente à população do Concelho de Oliveira do Hospital e aos titulares de direitos efectivos no âmbito da ESTGOH, a Câmara Municipal, por unanimidade, propõe à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital a aprovação de um protesto quanto à intenção de encerramento, seja a que pretexto for, da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e uma Moção de Apoio à manutenção em funcionamento do referido estabelecimento do ensino superior público em Oliveira do Hospital, à melhoria da sua oferta formativa e à manutenção e desejável reforço dos apoios sociais.

Em virtude da sucessão de contactos e acções desencadeadas pelo presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, que implicaram uma audição extraordinária na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia da República realizada no dia 31 de Agosto, a Assembleia Municipal manifesta um voto de confiança e proporciona o indispensável apoio à Câmara Municipal e ao seu presidente para continuar a desenvolver todas as acções nas frentes entendidas como necessárias para a defesa da continuidade da ESTGOH e contra todas as tentativas de esvaziamento da sua oferta formativa e dos seus quadros, docentes e não docentes.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar e sendo zero horas e dez minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
